

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOSSISTEMAS

**MERENDA ESCOLAR ORGÂNICA: UMA POLÍTICA PÚBLICA PARA
A AGRICULTURA FAMILIAR**

CÍRIO VANDRESEN

FLORIANÓPOLIS
OUTUBRO/2005

CÍRIO VANDRESEN*

**MERENDA ESCOLAR ORGÂNICA: UMA POLÍTICA
PÚBLICA PARA A AGRICULTURA FAMILIAR**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Agroecossistemas, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Prof^o. Dr^o. Ademir A. Cazella
Co-Orientador: Prof^o. Dr^o. Wilson Schmidt

FLORIANÓPOLIS
2005

*Filósofo

FICHA CATALOGRÁFICA

VANDRESEN, Círio
Merenda Escolar Orgânica: Uma Política Pública para a
Agricultura Familiar/ Círio Vandresen- 2005.

82. il., tabs.

Orientador: Ademir Cazella
Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Centro de
Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina.

1. Merenda Escolar Orgânica. 2. Segurança Alimentar. 3.
Agricultura Familiar. 4.Território. 5. Desenvolvimento Rural.
I. Título.

CÍRIO VANDRESEN

**MERENDA ESCOLAR ORGÂNICA: UMA POLÍTICA PÚBLICA PARA A
AGRICULTURA FAMILIAR**

Dissertação aprovada em 28/10/2005, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, pela seguinte banca examinadora.

Profº Drº Ademir Antônio Cazella
CCA-UFSC
Orientador

BANCA EXAMINADORA:

Presidente
Prof. Dr. Paulo Emilio Lovato
CCA-UFSC

Prof. PhD.. Luiz Fernando Scheibe
CFH-UFSC

Prof. Dr. Antônio Augusto Alves Pereira
CCA-UFSC

Drº. Valério A. Turnes
PNUD

Prof. PhD. Luiz Carlos Pinheiro Machado Filho
Coordenador do PPGAGR- UFSC

Florianópolis, 28 de outubro de 2005.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela vida.

Aos meus orientadores Wilson Schmidt e Ademir Cazella, pela paciência e companheirismo ao longo desta caminhada.

Aos professores e colegas de curso, pelos momentos de partilha e convivência.

A Diocese de Tubarão, por ter acolhido minha solicitação para cursar o mestrado neste tema que julgo tão importante para a defesa e promoção da vida em suas diversas manifestações.

Aos atores sociais (Agreco, as diversas organizações das Encostas da Serra Geral, Fórum do Maciço do Morro da Cruz, aos agricultores orgânicos), pelo processo de organização articulando territórios rural e urbano, na luta pela promoção e defesa da vida.

Obrigado!

RESUMO

A agroecologia tem sido uma das principais fontes de questionamento do processo de industrialização da agricultura e da alimentação, onde o alimento deixou de ser um material integrado em bases simbólicas da vida. Portanto, como seus objetivos são nobres, a agroecologia não pode se apresentar apenas como uma ação contestadora, mas, sobretudo encontrar alternativas para se afirmar no seio da sociedade, restaurar e conservar no máximo os recursos naturais, criar mercados (não de forma tradicional) locais e regionais para os produtos da agricultura familiar e garantir a segurança alimentar. Esta dissertação tem como objetivo mostrar que a merenda escolar, combinada com sistemas de produção capazes de reforçar o saber-fazer dos agricultores familiares e as potencialidades dos espaços rurais-especialmente a agricultura orgânica, pode ser um bom instrumento de desenvolvimento, ligando territórios urbanos e rurais. Vale lembrar que a merenda escolar tem sido tratada convencionalmente como uma política de assistência social às crianças que freqüentam escolas públicas, especialmente no meio urbano. Isso porque a freqüência à escola pública continua sendo discriminada pela renda. Porém a introdução de alimentos de origem orgânica na merenda escolar dos sistemas públicos se configura como uma das mais promissoras iniciativas no sentido de incentivar a produção familiar orgânica e revitalizar a atividade econômica no meio rural, a partir de demandas de consumo do meio urbano. A merenda escolar orgânica pode proporcionar possibilidades pedagógicas especiais, considerando que aspectos ambientais, direito e cidadania podem ser trabalhados a partir da perspectiva da produção familiar orgânica, além de contribuir através do respeito aos hábitos alimentares dos alunos e no resgate de alguns hábitos que estão sendo perdidos. Nos estados do sul do Brasil já acontecem experiências que mostram que ao introduzir alimentos orgânicos na merenda escolar pode-se fortalecer a economia local, aumentar a arrecadação, ter uma maior quantidade de dinheiro circulando na comunidade, criar novos empregos e viabilizar a produção familiar. Entre essas iniciativas encontramos a experiência da Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral-Agreco-na região sudeste de Santa Catarina, que ao buscar uma alternativa de comercialização para a sua produção que tivesse maior confiabilidade e estabilidade e permitisse maior planejamento do processo produtivo e do fluxo financeiro encontrou o mercado institucional, especialmente com a Merenda Escolar. A Agreco em parceria com a comissão de educação do Fórum do Maciço Central do Morro da Cruz constituiu o “Projeto Saber e Sabor”, que procura trabalhar as dimensões educacional, ambiental, econômica, social e cultural da merenda. Também através dessa parceria foram definidos cardápios diferenciados e o custo-refeição-aluno. O desafio de levar alimentos orgânicos a camadas da população que, nas condições atuais, a eles não tem acesso não está relacionado apenas a aspectos técnicos- econômicos (quantidade e diversidade; custo e preço), mas também aspectos sociais e políticos.

ABSTRACT

The agroecology movement has questioned the ongoing industrialization of agriculture and food processing industries, which have removed the symbolic importance of food from everyday life. The agroecology movement must not only protest against this hollowing effect on food, but must also find alternative ways to restore its importance in the heart of society, by working to conserve and restore local resources, create local and regional markets off the conventional track, which will guarantee economic stability for family farms and food security for consumers. This thesis will show that bridges can be built between rural and urban communities, by structuring school lunch programs around foods produced by organic family farms, that integrate local ecological knowledge and traditional cropping systems. School lunch programs normally are treated as a component of welfare programs for children attending public schools in large cities, where family income is decisive in enrollment of a child in a public or private school. Local organic foods in public school lunch programs is a promising first step in revitalizing economic activity on family farms, by creating an urban market for these farm products. Organic products on the menu also offer teaching opportunities over a wide range of topics, from the cultural and health benefits traditional foods which may have been forgotten in urban communities, to the environmental, legal, and societal effects of organic family farms. In southern Brazil, several programs have shown that purchasing local organic farm products in lunch programs has strengthened local economies by increasing cash flow and local tax revenues, generating new jobs, and strengthening family farms. One example is the Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (AGRECO), in the southeast of the State of Santa Catarina, which found a stable institutional market for members of the association through sales to school lunch programs. AGRECO, in partnership with the education commission of the Fórum do Maciço Central do Morro da Cruz created the "Minds and Menus" program to enrich the educational, cultural, social, environmental, and economic dimensions of school lunches. This partnership sought to create new menus which would have a lower per student cost. The challenge of bringing organic foods to low-income populations, who are presently discouraged from consuming by the pricing of organic foods, can be overcome by working with the social and political aspects of food supply, that surmount the simple technical aspects of market-driven prices and supply.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 01	Maciço do Morro da Cruz	43
FIGURA 02	Maciço Central	44
FIGURA 03	Localização da região	48
FIGURA 04	Propriedade agrícola típica da região	50
FIGURA 05	Lavoura orgânica	51
FIGURA 06	Agroindústria de processamento de cana de açúcar	52
FIGURA 07	Alimentos servidos na Merenda Escolar Orgânica	54
FIGURA 08	Comemoração do Dia Mundial das Águas	60

LISTA DE TABELAS

TABELA 01	Número de estudantes em Santa Catarina, segundo INEP (2004).	38
TABELA 02	Número de estudantes no Brasil, segundo INEP (2004).	39

LISTA DE SIGLAS

AGRECO	Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral
CCA	Centro de Ciências Agrárias
CEASA	Centrais de Abastecimento
CEPAGRO	Centro de Estudos e Promoção de Agricultura de Grupo
CIDASC	Companhia Integrada de Desenvolvimento de Santa Catarina
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COBAL	Companhia Brasileira de Alimentos
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
FAE	Fundação de Assistência ao Estudante
FENAME	Fundação Nacional de Material Escolar
FLV	Frutas, Legumes e Verduras
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar
GEECT	Gerências Estaduais de Ensino Ciência e Tecnologia
INAE	Instituto Nacional de Assistência ao Educando
MEO	Merenda Escolar Orgânica
ONCI	Objetos Comestíveis Não Identificados
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNUD	Programa da Nações Unidas para o desenvolvimento
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SED	Secretaria da Educação
SEI	Secretaria de Educação e Inovação
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	ALIMENTAÇÃO E SEGURANÇA ALIMENTAR	18
2.1	ALIMENTAÇÃO NAS ESCOLAS	20
2.2	A AGROECOLOGIA A CAMINHO DA ESCOLA	22
3	POLÍTICAS PÚBLICAS E ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	29
3.1	OS ANTECEDENTES DO PNAE	30
3.2	DESCENTRALIZAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR E POLÍTICA PÚBLICA EM SANTA CATARINA	33
3.3	O POTENCIAL DE MERCADO DE UM PROGRAMA ABRANGENTE DE MERENDA ESCOLAR ORGÂNICA	38
4	TERRITÓRIOS QUE SE ENCONTRAM: AS INTERAÇÕES ENTRE AS ENCOSTAS DA SERRA GERAL E O MACIÇO DO MORRO DA CRUZ	40
4.1	MACIÇO DO MORRO DA CRUZ	42
4.2	O FÓRUM DAS COMUNIDADES DO MACIÇO CENTRAL DO MORRO DA CRUZ	44
4.3	ENCOSTAS DA SERRA GERAL	47
4.4	A ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES ECOLÓGICOS DAS ENCOSTAS DA SERRA GERAL - AGRECO	49

4.5	O FÓRUM DOS PEQUENOS MUNICÍPIOS DAS ENCOSTAS DA SERRA GERAL	53
4.6	A MERENDA ESCOLAR ORGÂNICA COMO UM MEIO DE INTEGRAR INTERESSES DE TERRITÓRIOS DIFERENTES	53
5	DA TERRA AO PRATO DE PLÁSTICO: A MERENDA ORGÂNICA COMO EIXO DE RELAÇÕES ENTRE CAMPO E CIDADE	55
5.1	PREPARANDO O CHÃO, TRABALHANDO O GERME	57
5.2	“SOPRAR AS LABAREDAS”	70
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
7	REFERÊNCIAS	75
	ANEXOS	80

1- INTRODUÇÃO

A merenda escolar tem sido tratada convencionalmente como uma política de assistência social às crianças que frequentam escolas públicas, especialmente no meio urbano. Isso porque a frequência à escola pública continua sendo discriminada pela renda. Ou seja, quem não tem dinheiro para pagar escola particular é que frequenta a escola pública. Se na primeira, a merenda, concebida como pequena refeição na hora do intervalo, é providenciada pelas famílias, pela escola ou pela existência de cantinas escolares; na segunda, ela é fornecida pelo poder público e se torna imprescindível por substituir refeições principais.

As instituições de ensino adotam, com raras exceções, o modelo alimentar dominante. A rapidez e a facilidade no preparo dos alimentos associadas à padronização bastante difundida pela indústria explicam essa opção. Há, contudo, nítida diferença entre comer e se alimentar. A vida moderna criou um padrão baseado em produtos com alto grau de processamento, pouco naturais, quimicamente conservados e que desprezam as partes mais nutritivas do alimento. Os custos desse modelo de produção e de consumo são altos. Desembolsa-se muito para se comer mal. E a saúde também paga por isso: aqueles que têm acesso ilimitado a esse “rango nocivo”¹ vivem às voltas com os riscos de obesidade e de doenças degenerativas, decorrentes do consumo desenfreado de açúcares, gordura saturadas e alimentos super-refinados.

Nesse contexto – e como contraposição a ele – a merenda escolar orgânica pode proporcionar uma possibilidade pedagógica muito especial, considerando que aspectos ambientais, direito e cidadania podem ser trabalhados a partir da perspectiva da produção familiar orgânica. De acordo com Azevedo (2001, p.94), “os professores podem introduzir no

¹ Uma tradução livre de *malbouffe*, como é chamada pelos franceses, proposta por (Schmidt, 2002 Vanice CC&T) ao resenhar o livro *Manger Bio* de Lylian le Goff.

plano político pedagógico as discussões sociais e ambientais que envolvem a produção orgânica e formar cidadãos mais conscientes”. Pela merenda pode-se contribuir para o resgate das raízes alimentares, oferecendo à criança e sua família, além das merendeiras e funcionários da escola, uma possibilidade de valorizar a cultura e o hábito local através da dieta. A merenda escolar orgânica, ao proporcionar demanda para alimentos regionais diversificados, pode ter um importante significado em termos de respeito aos hábitos alimentares dos alunos e, inclusive, no resgate de alguns costumes que estão sendo perdidos. Recorde-se que muitas crianças que freqüentam a rede pública de educação são filhos de ex-agricultores familiares, que deixaram suas terras e partiram para cidades. Assim, a oferta de alimento orgânico oriundo da agricultura familiar pode constituir-se numa forma de "retorno social" para aqueles que perderam, junto com as suas terras, parte importante dos seus hábitos e da sua cultura.

Ainda seguindo Azevedo (2001), a introdução de alimentos de origem orgânica na merenda escolar dos sistemas públicos estaduais e municipais de educação se configura como uma das mais promissoras iniciativas no sentido de incentivar a produção familiar orgânica e revitalizar a atividade econômica no meio rural, a partir de demandas de consumo do meio urbano. Além disso, a aquisição da produção local possibilita a diversificação do cardápio, a “localização” ou regionalização da produção e o respeito à sazonalidade. Esse ajuste à produção de época facilita e agiliza a distribuição, evitando o armazenamento prolongado e o transporte a grandes distâncias, com claro impacto de baixa sobre os custos.

Destaque-se que a merenda escolar orgânica tem sido aplicada igualmente em países da América do Norte, da Europa ou do Oriente, onde não é a carência econômica que determina a alimentação escolar. Isso ocorre porque ela vem se tornando um instrumento

estratégico e de mobilização para a elaboração de políticas públicas que orientam a intervenção do Estado em iniciativas de desenvolvimento sustentável.

Apenas para sinalizar o potencial de impacto desta ação pública governamental no Brasil – inclusive criando novas condições de mercado – é importante lembrar que, no país, são cerca de 41 milhões de estudantes no ensino infantil e fundamental, fazendo uma refeição por dia, durante os duzentos dias do ano letivo.

Iniciativas pioneiras vêm sendo desenvolvidas no Brasil, com o objetivo de introduzir e ampliar o espaço da agricultura orgânica como fornecedora de alimentos para a merenda escolar. Nesta dissertação, será analisada a formação de uma rede de produção-consumo entre a Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral – Agreco, situada na região Sudeste de Santa Catarina, e o Fórum de Desenvolvimento Sustentável do Maciço do Morro da Cruz, em Florianópolis. Trata-se do Projeto *Saber e Sabor* que procurava, ao trabalhar as dimensões educacional, ambiental, econômica, social e cultural da alimentação escolar, substituir “a merenda industrial pela merenda orgânica, fresca e preparada com carinho pelas merendeiras” e promover “um repensar sobre a forma que nos alimentamos hoje” (Schmidt e Schmidt, 2004). Para o Projeto

Por isso, o bem estar dos homens deve orientar a composição dos nossos ‘pratos’ (ou nossos cardápios). Bem estar de quem consome os alimentos, mas também bem estar de quem os produz. Para essas duas "pontas" (quem come e quem produz), que precisam ser aproximadas, está se falando de qualidade de vida em seu sentido mais profundo. Isso quer dizer: inclusão social, diversidade e oportunidade de escolha, respeito ao meio ambiente (Fórum do Maciço do Morro da Cruz, 2002).

O objetivo desta dissertação é realizar uma primeira sistematização desta experiência, para investigar os limites e as potencialidades da merenda escolar orgânica como instrumento de desenvolvimento e de ligação entre territórios urbanos e rurais. O que se busca discutir são

os possíveis entraves ou resistências a este tipo de iniciativa, procurando pensar a postura do Estado a partir dos instrumentos de política existentes, mas, sobretudo, da postura de seus agentes de governo. O Estado tem o papel de manter o direito à população escolar de acesso a uma alimentação verdadeiramente promotora da saúde e, ao mesmo tempo, de manter condições de atratividade do campo e um equilíbrio demográfico e territorial.

O autor da dissertação esteve diretamente envolvido em todo o processo de construção do Projeto Saber e Sabor. Sua atuação resultou dos fatos de ser Vice-presidente da Agreco e Coordenador da Comissão Pastoral da Terra em Santa Catarina – preocupado, portanto, com os problemas da agricultura familiar e interessado em propostas que indicassem alternativas para ela – e de, como militante das pastorais sociais e movimentos populares (padre da igreja católica), conhecer de perto e apoiar de forma eventual o trabalho de construção dos movimentos sociais no Maciço Central do Morro da Cruz liderado pelo seu colega de confissão Padre Wilson Groh.

Para se beneficiar da vantagem de conhecer toda a rede de atores e de ter participado de uma série de eventos relacionados ao processo e, ao mesmo tempo, preservar o estranhamento necessário para a pesquisa acadêmica, o autor montou um roteiro de entrevistas (Anexo 1), que foi aplicado a um grupo de informantes-chave: um líder do Fórum do Maciço; dois dirigentes da Agreco; quatro diretores de escolas que recebem alunos do Maciço e participaram da experiência de merenda escolar orgânica; um dirigente da Secretaria de Educação do município de Criciúma; e duas técnicas da Secretaria Estadual de Educação. As perguntas foram respondidas por escrito (três) ou em entrevistas orais, que foram gravadas e transcritas. Além disso, foi realizada a pesquisa documental mais ampla possível na memória do processo: atas de reuniões, documentos de discussão, projetos. Concomitantemente, era feita uma pesquisa bibliográfica que favorecia a reflexão sobre o caso.

Esta dissertação está estruturada em quatro partes, além da introdução e das considerações finais.

No capítulo 1, inicialmente, procura-se trabalhar as mudanças na alimentação de forma geral e na alimentação escolar em especial. Busca-se indicar como o questionamento à agricultura convencional e à alimentação “industrial” podem levar a uma aproximação entre agricultura familiar orgânica e responsáveis pela merenda escolar. Depois, trabalha-se algumas linhas do Projeto Saber e Sabor.

A análise, no capítulo 2, é sobre políticas públicas para a alimentação escolar. Primeiro, procura-se recuperar as políticas federais e as principais mudanças nas suas diretrizes. Em seguida, trabalha-se leis e instrumentos de ação relacionados à merenda escolar no Estado de Santa Catarina. Esses elementos são importantes para entender o ambiente institucional em que o Projeto Saber e Sabor foi implementado e, desta forma, compreender melhor seus limites e potencialidades.

Ainda complementando o contexto, é fundamental ter alguns elementos sobre os dois territórios que o Projeto Saber e Sabor procurou aproximar. Por isso, no capítulo 3, é feita uma descrição dos territórios da Encostas da Serra Geral e do Maciço do Morro da Cruz, procurando considerar, ainda que brevemente, elementos centrais de sua história e de suas condições atuais, as organizações que neles atuam (especialmente, para o caso, o Fórum do Maciço do Morro da Cruz e o Fórum dos pequenos municípios das Encostas da Serra Geral e o Fórum de Economia Solidária) e as propostas relacionadas à merenda escolar.

Finalmente, no quarto capítulo, incorpora-se uma contribuição efetivamente original aos debates, apresentando a sistematização e a análise, resultantes dos trabalhos de campo da pesquisa realizada para esta dissertação, do processo de construção social e de operacionalização do Projeto Saber e Sabor.

2. ALIMENTAÇÃO E SEGURANÇA ALIMENTAR

A noção de segurança alimentar inclui a saúde das pessoas, questiona o modo de produção e de consumo de alimentos, define modelos de inclusão ou de exclusão social. A questão que fica é se as crianças e os jovens estão aprendendo e praticando “cidadania alimentar”. Ressalte-se que tanto no âmbito familiar quanto no escolar, a importância da boa nutrição, da atividade física e da qualidade de vida é pouco enfocada. O que é agravado pelo fato de que não há um intercâmbio freqüente entre famílias e escolas. A maioria das famílias considera que a escola deve suprir todas as necessidades de aprendizagem. E para o sistema escolar, a alimentação, nutrição, saúde e meio ambiente parecem assuntos mais ligados à intimidade de cada família. Ou seja, estes seriam temas sobre os quais a escola não exerceria qualquer influência.

Ao mesmo tempo, crianças e jovens sofrem forte influência da mídia. Os apelos ao sabor e ao prazer de comer soam mais fortes do que ao estímulo à boa alimentação. Como destaca (Schmidt, 2004), a partir da industrialização da agricultura e da alimentação, o alimento deixou de ser um material integrado e base simbólica da vida e passou a ser visto como um arranjo de produtos agro-industriais comestíveis, freqüentemente elaborados em cadeias de produção globais. A maioria da sociedade teria sido transformada em "comedores de OCNI (Objetos Comestíveis Não Identificados)".

Uma das principais fontes de questionamento a essa agricultura quase fabril que é feita para ser mais produtiva e lucrativa vem do movimento orgânico. Trata-se, na expressão de Guthman (2004: p. 3; citado por Schmidt, 2004: p. 15), da "crítica orgânica". Apesar de sua heterogeneidade, o movimento orgânico ganhou coerência e capacidade de crescimento com o

aumento da parcela da população que passou a perceber que os aspectos indesejáveis da produção em massa eram, no mínimo em parte, resultantes da industrialização da agricultura guiada pelo lucro (Guthman, 2004: p. 3; citado por Schmidt, 2004: p. 15). Neste quadro, a inocuidade dos alimentos e suas virtudes nutricionais se tornam objeto de amplo debate e cresce a demanda por produtos que tragam elementos capazes de dar segurança ao consumidor, especialmente no que se refere à origem, aos processos de produção e transformação, ao sabor e à qualidade nutricional (Schmidt, 2004). Ora, essas práticas alimentares e hábitos saudáveis são construídos pelos indivíduos nas relações sociais que estabelecem em diferentes espaços de convivência e troca de informação. Na infância e adolescência, o ambiente escolar é um espaço extremamente significativo de socialização e, nele, se pode, portanto, trabalhar a promoção de práticas alimentares saudáveis. É nesse contexto que deve ser discutida a merenda escolar. O lugar em que a criança permanece grande parte do seu dia precisa lhe oferecer uma alimentação adequada. Esse espaço desempenha dois papéis fundamentais: garantir a saúde no presente e estimular a formação de bons hábitos alimentares para o futuro. Não basta à criança ter acesso a um número suficiente de refeições. Estas devem ter qualidade garantida e serem oferecidas em quantidades e proporções capazes de promover e manter sua saúde (CONSEA, 2004).

2.1 Alimentação nas escolas²

Dados indicam, no Brasil, problemas de subnutrição ou obesidade³ em crianças e adolescentes, o que reforça a importância das ações de promoção de saúde nas creches e escolas. Trata-se de lugares privilegiados para ampliar o acesso à informação sobre saúde e nutrição, especialmente nas atividades realizadas no período da produção e distribuição das refeições, na cozinha e no refeitório. Da mesma forma, desde o planejamento pedagógico, até as atividades em sala de aula, os diferentes momentos de recreação ou as atividades “extra muros” podem gerar momentos que favoreçam uma nova postura em relação ao ato de comer. Nesse sentido, é importante que se tenha acesso a alimentos variados, seguros (sem risco de contaminação) e integrados à cultura das crianças. Ao mesmo tempo, é importante valorizar – individualmente e em grupo – o prazer da alimentação e estimular uma relação equilibrada com os alimentos.

A alimentação que é oferecida nas creches e escolas, bem como as atividades educativas destinadas a construir hábitos saudáveis, devem observar alguns princípios. Nas diferentes etapas do processo de produção das refeições deve-se ter presente como os alimentos foram obtidos – se as compras potencializam o comércio local, estimulando o consumo de alimentos frescos, *in natura*, se acompanham a safra e a cultura local, respeitando as diversidades regionais; se foram armazenados em condições que preservam sua integridade; se foram preparados e oferecidos de forma a evitar perdas de nutrientes, em composições saborosas e agradáveis aos sentidos, em utensílios adequados a cada faixa etária. O momento da refeição deve ser valorizado, enquanto espaço de socialização e de formação de hábitos,

² Este item é diretamente baseado no documento “Princípios e diretrizes de uma política de segurança alimentar e nutricional, preparado para ser referência da II Conferência Nacional de segurança alimentar e nutricional (CONSEA, 2004).

³ “Dados do Ministério da Saúde de 2002 sobre doenças ligadas à alimentação na fase da infância indicam o crescimento do número de crianças com excesso de peso, tanto para a idade como para a altura, bem como a prevalência de obesidade em crianças de um ano. A desnutrição infantil vem decrescendo: o percentual de menores de cinco anos com baixa estatura para idade (um indicador de desnutrição infantil) passou de 15,7% em 1989 para 10,4% em 1996. Ela permanece, contudo, alta em determinados segmentos sociais, regiões e localidades geográficas específicas. No nordeste, por exemplo, era de 17,9% em 1996. Entre as crianças de 7 a 10 anos, o déficit de estatura chega, em média, a 13,2%, sendo 13,8% entre os meninos e 12,6% entre as meninas. No Nordeste rural esse déficit atinge 22% das crianças nesta faixa, enquanto no Sudeste é de 8,5%. Já o sobrepeso está presente em 9,6% das crianças, sendo que o percentual varia entre 15,6% no Sudeste urbano e 2,7% no Nordeste rural. Também é expressiva a ocorrência de anemia em crianças e adolescentes, bem como a incidência de transtornos alimentares, como anorexia e bulimia” (CONSEA, 2004: 57).

como um momento agradável de convivência e de troca de experiências (CONSEA, 2004:58).

É muito importante o cuidado em articular o planejamento da alimentação com o planejamento pedagógico. O conteúdo do ensino precisa ser relacionado às práticas alimentares. O tema deve estar presente, também, nas relações com as famílias dos alunos, considerando-se as diferenças entre as práticas alimentares no ambiente familiar e na escola, bem como os demais espaços de socialização. O que se vê nas escolas pública, no entanto, está longe desse ideal. A alimentação escolar é, em geral, rica em carboidratos, açúcares e óleos, e muito pobre em qualidade. Apesar de algumas escolas terem feito opção por valorizar e incentivar a produção local e a qualidade dos alimentos, no geral, nas aquisições, os alimentos industrializados continuam a ter a preferência. Em função da desconsideração com a regionalidade e a sazonalidade dos alimentos, a própria escola acaba favorecendo a intensa e rápida homogeneização dos hábitos alimentares. Como alerta o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional,

Essa situação enseja uma forte discussão em torno da soberania alimentar do país, condição que só existe quando os povos são livres para decidirem o que será produzido, como será a produção e o que consumirão, sempre respeitando a cultura alimentar. A questão que se coloca, portanto, é se está ocorrendo, de fato, uma perda do patrimônio que representa nossa cultura alimentar e perda de nossa soberania alimentar (CONSEA, 2004: 63).

Programas que priorizam o alimento o alimento orgânico na merenda escolar têm procurado servir de contraposição à tendência apresentada. Eles procuram favorecer a alimentação mais saudável e nutritiva para os estudantes, a (re)introdução de hábitos alimentares saudáveis, a educação e a proteção ambiental, a permanência de agricultores familiares no campo e o resgate da cultura rural (Darolt, 2002). Para compreender melhor estas iniciativas é importante recuperar alguns elementos relacionados às bases conceituais e às práticas dos atores que trabalham com a agricultura orgânica.

2.2 A agroecologia a caminho da escola

Se na ampliação do espectro de pessoas envolvidas e comprometidas com a proposta de desenvolvimento sustentável, não se pode considerar o processo de adoção de "sistemas agroecológicos de produção" como dependente exclusivamente do agricultor (Assis, 2002, pp. 116 e 122), no caso da alimentação escolar não se pode ignorá-los, nem deixar de considerar a transição em direção à sustentabilidade por que passam à agricultura e, de forma mais geral, o espaço rural.

As preocupações com a “agricultura sustentável” nasceram da insatisfação com a agricultura industrial ou convencional. Baseada em “pacotes tecnológicos” caracterizados pelo emprego de maquinários, sistemas de irrigação, insumos químicos de síntese, variedades geneticamente melhoradas para alta resposta à “fabricação da natureza” que gera disponibilidade de água e de nutrientes e proteção, essa agricultura começa a ser mais fortemente difundida no Brasil. Esse processo, que ocorreu a partir da década de 1970 com um forte apoio do Estado, é chamado de “modernização conservadora” (Wilkinson, 1986) ou ‘modernização dolorosa’ (Graziano da Silva, 1982) e foi fartamente analisado na literatura acadêmica brasileira. Ele não foi homogêneo. Foi, ao contrário, parcial e seletivo, privilegiando regiões, produtos e categorias de produtores. Os agricultores que tinham recursos – principalmente terra e capital – se inseriram no padrão tecnológico proposto. Já os agricultores familiares, que em sua maioria não tinham condições financeiras para adquirir as novas tecnologias, foram marginalizados ou excluídos. Boa parte teve que abandonar a terra e tentar uma nova vida.

De acordo com Altieri (1998), vários problemas e impasses começaram gradualmente a ganhar forma no modelo convencional, indicando crescentes dificuldades de manutenção do

padrão produtivo, principalmente com o aparecimento de limites relacionados à sustentabilidade econômica, ambiental e social. A partir desses problemas, a agricultura inicia a busca de formas de manejo sustentável.

A agroecologia surge neste contexto, como uma alternativa em relação à agricultura convencional. As práticas agroecológicas visam o desenvolvimento sócio econômico da população sem destruir o meio ambiente. Na agricultura familiar, a agroecologia torna-se importante em função de alguns fatores como: as práticas ecológicas apoiam-se em técnicas tradicionais, utilizadas e transmitidas pelas gerações passadas; os custos são menores, o que o torna condizente com a realidade do produtor familiar; em determinadas situações não prejudica o meio ambiente, em outras, prejudica menos; requer mais mão-de-obra, o que possibilita o emprego maior número de trabalhadores; por fim, preserva a saúde de quem produz e de quem consome os alimentos.

Segundo Altieri (2001), se o mercado é importante para os agricultores ele precisa se orientar pelos seguintes objetivos: assegurar a segurança alimentar; restaurar e conservar ao máximo os recursos naturais e; criar através de diferentes mecanismos de mercado e de políticas agrárias, mercados locais e regionais para os produtos da agricultura familiar.

Lages (1998) destaca que com o processo de industrialização e urbanização a agricultura familiar perdeu sua identidade e o trabalho do produtor passou a ser pouco valorizado. Porém, à medida que o pensamento ambientalista conquistou espaço, a agricultura familiar começou a ser reconhecida, pois além de cumprir função econômica, ela pode desempenhar papel fundamental na preservação ambiental. Assim, “um modelo sustentável deverá estar baseado no emprego da agroecologia e na agricultura familiar”, existindo “uma relação biunívoca entre uma e outra” (Weid,1997: 7).

Recorde-se que o movimento ambientalista, contrário à produção agrícola baseada na utilização de insumos químicos, surge no início da década de 20, na Europa e nos Estados Unidos. A partir daí, desenvolveram-se algumas vertentes consideradas precursoras na utilização da matéria orgânica, bem como de outras práticas favoráveis ao processo biológico (Ehlers, 1996). Assim, difundiram-se as agriculturas orgânica, biológica e natural e a agroecologia. Esta última, após 1980, passou a ser utilizada nos Estados Unidos e em alguns países da América Latina, enquanto um conjunto de práticas e técnicas empregadas para desenvolver os agroecossistemas. A agroecologia, além da regeneração dos sistemas, tem “*o firme propósito de valorizar os aspectos socioculturais da produção agrícola*” (Ehlers,1996:74). Por isso, quando se faz referência à agricultura alternativa, todas as vertentes consideradas “*rebeldes*” ao processo de modernização tecnológica podem ser incluídas. A agroecologia é, porém, mais abrangente. Nas palavras de Altieri (1989:28), a agroecologia

incorpora idéias mais ambientais e de sentimento social acerca da agricultura, focando não somente a produção, mas também a sustentabilidade ecológica dos sistemas de produção (...) implica um número de fatores sobre sociedade e produção que estão além dos limites do campo da agricultura.

Para esse autor, a agroecologia é uma ciência que apresenta uma série de princípios e metodologias para estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar agroecossistemas, bem como para desenvolver sistemas agrícolas complexos e diversificados. Ela se constitui, assim, não apenas em uma prática ou em um sistema de produção. A agricultura baseada nos princípios agroecológicos se fundamenta em técnicas naturais complexas e busca, de um lado, tornar os agricultores mais independentes dos insumos químicos e, de outro, reduzir os custos socioeconômicos e ambientais. Isso porque a agroecologia procura apontar soluções para os problemas da sustentabilidade, considerando não só as questões tecnológicas, mas também as

econômicas e sociais. Pode-se, é claro, concordar com estudiosos que afirmam que a agroecologia, por si só, talvez não seja suficiente para atingir o desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, Ehlers (1996: 75) considera que

mais do que um conjunto definido de técnicas, a agricultura sustentável é hoje um anseio, um objetivo. É bem provável que o novo padrão combine práticas e princípios tanto das chamadas vertentes alternativas, como da agricultura convencional, além de novos conhecimentos provenientes da pesquisa agroecológica e das experiências dos agricultores.

A agroecologia surgiu no Brasil de maneira muito tímida, após os movimentos ambientalistas das décadas de 70 e 80, com a proposta de oferecer saídas para a reparação dos impactos, tanto econômicos como ambientais, causados pelas mudanças técnicas aplicadas com a difusão da agricultura de padrão industrial. Nesta perspectiva, ela tinha como objetivo “redesenhar” os sistemas de produção que valorizavam a utilização intensiva dos insumos e a ausência da biodiversidade funcional, a partir daquilo que alguns autores chamaram de ressurgimento dos costumes antigos. Ou seja, o produtor resgata os conhecimentos ainda disponíveis na memória familiar e restabelece uma relação mais equilibrada entre os recursos naturais e a exploração da produção agrícola.

Como lembra Altieri (1998), restaurar a “*saúde ecológica*” não é o único objetivo da agroecologia. A sustentabilidade, idéia central da agroecologia, só é possível com preservação da diversidade cultural que nutre os agricultores locais. Nesse sentido, o conhecimento da agricultura familiar sobre os ecossistemas torna-se muito valioso, podendo resultar em estratégias produtivas de uso da terra, que criam, embora com limites, a auto-suficiência alimentar das comunidades em determinadas regiões.

Para viabilizar-se, a agroecologia necessita ampliar o seu universo de ação, penetrando e afirmando suas idéias no interior da sociedade, transcendendo a lógica dominante. Do

contrário, se manteria somente como uma ação contestadora, isolada a grupos específicos e em defesa de sua identidade própria, indica Almeida (2002).

Um dos primeiros passos deste processo de viabilizar-se é sua integração ao mercado, não de uma forma tradicional, mas sim, transformando os mecanismos de exploração social existentes. Segundo Altieri (2001), é preciso construir uma estratégia social para nele inserir-se em condições melhores, criando, através de diferentes mecanismos de comercialização e de políticas agrárias, mercados locais e regionais para os agricultores.

Assim, a merenda escolar orgânica vem se tornando instrumento estratégico e de mobilização para a elaboração de políticas públicas que orientem a intervenção do Estado em iniciativas de desenvolvimento sustentável. E é por essa estratégia que muitas experiências estão se consolidando no mundo. A Merenda Escolar Orgânica, ao proporcionar demanda para alimentos regionais diversificados, pode ter um importante significado em termos de respeito aos hábitos alimentares dos alunos e, inclusive, no resgate de alguns hábitos que estão sendo perdidos. No caso brasileiro é importante lembrar que muitas crianças que freqüentam a rede pública de educação são filhos de ex-agricultores familiares que, em um período relativamente recente, deixaram suas terras e partiram para centros urbanos. A oferta de alimentos orgânicos oriundos da agricultura familiar pode se constituir, então, numa forma de “retorno social” para aqueles que perderam, junto com as suas terras, parte importante de seus hábitos e da sua cultura. Além disso, como já foi destacado, a aquisição de produção local permite cardápios mais diversificados, preparados com produtos mais frescos, sempre respeitando a sazonalidade. Esse ajuste à produção de época facilita e agiliza a distribuição, evitando o armazenamento prolongado e o transporte a grandes distâncias, com menos impacto sobre os custos.

Iniciativas pioneiras de introdução de alimentos de origem orgânica na merenda escolar dos sistemas públicos estaduais e municipais de educação vêm sendo desenvolvidas no Brasil, com objetivo de introduzir e ampliar o espaço da agricultura orgânica como fornecedora de alimentos. Nos estados do Sul elas mostram que isso pode fortalecer a economia local, com o aumento da arrecadação, com uma maior quantidade de dinheiro de novos empregos e com a viabilização de produção familiar (Darolt, 2002). Este autor cita, entre os exemplos que julga mais relevantes, o convênio entre a Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina e a Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral – Agreco, que permitiu a operacionalização do Programa Saber e Sabor. Ainda para Darolt (2002), o sucesso deste programa é reforçado por projetos de lei relacionados à merenda escolar.

De fato, em 2002 os membros da Comissão de Merenda Escolar do Fórum do Maciço consideravam que se “uma parte dos agricultores familiares já havia tomado consciência de que a melhor maneira para voltar a ter (ou manter) sua autonomia e para preservar sua saúde e a do meio ambiente era produzir sem utilizar adubos químicos sintéticos e agrotóxicos”, eles esbarravam “em um sistema de comercialização que os marginaliza ou que dificulta que eles tenham uma remuneração adequada pelo seu trabalho e conhecimento” (Fórum do Maciço do Morro da Cruz, 2002). Ainda segundo eles, as margens importantes colocadas por setores do comércio tornavam proibitivos os preços dos produtos orgânicos, o que os tornava elitizados. Daí resultaria que o número de agricultores que podem produzi-los fica restrito. Deveria ser buscada, portanto,

uma forma de quebrar esse ciclo vicioso, passando-se a um ciclo virtuoso que aproximasse quem quer e precisa comer bem nas cidades com quem quer e precisa produzir bem no campo. A partir da aproximação de organizações da sociedade civil no meio urbano, com

associações de agricultores familiares ecológicos, dentro de uma perspectiva da economia solidária, e com o apoio do poder público estadual, implementa-se, então, um mercado "alternativo" de alimentos éticos e de qualidade. Dentro do chamado mercado institucional, e de uma forma bastante pioneira, introduziu-se a merenda escolar orgânica para alunos do pré-escolar até a oitava série na rotina de várias escolas da rede estadual catarinense (Fórum do Maciço do Morro da Cruz, 2002).

Nota-se que assim como o arcabouço legal, destacado por Darolt (2002), o apoio do poder público é julgado importante. Isso porque a merenda escolar é fundamentalmente uma política pública e depende da visão que tenham as agências governamentais sobre o problema. Por exemplo, nos casos da Grã-Bretanha, do Canadá e dos Estados Unidos, preocupados com os problemas de saúde e de aprendizado associados com uma nutrição inadequada, são as agências de saúde, mais do que as educacionais, que formulam as políticas públicas de alimentação escolar (McKenna, 2000).

No caso do das condições encontradas no território Maciço (ver capítulo 3), a alimentação escolar precisa ser inserida – como afirma o conjunto de escolas que compõem a Comissão de Educação, em “carta aberta à sociedade de Florianópolis” – em uma

“[...] rede de ações, ou seja, políticas públicas, capazes de proporcionar a 10.000 crianças e adolescentes de 7 a 12 anos que estão hoje nas escolas, perspectivas de futuro que possibilitem oportunidades de inserção nas universidades públicas e emprego digno, pois daqui a cinco anos estes mesmos jovens terão de 12 a 18 anos e não mais estarão junto a nós dentro das escolas, necessitando deste modo um grande acolhimento da sociedade para que não sejam empurrados aos caminhos obscuros da criminalidade (Comissão de Educação do Fórum do Maciço, sd).

É necessário, desta forma, entender melhor o ambiente institucional e o histórico de políticas públicas voltadas à alimentação escolar no Brasil e em Santa Catarina.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS E ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Inicialmente, é importante destacar que o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, tido como um “programa social” atinge, atualmente, 97% das escolas públicas urbanas e 98% das rurais existentes no país (CONSEA, 2004: 59). Esses dados globais encobrem, contudo, importantes distorções:

As pesquisas realizadas mostram que a cobertura do programa na Região Sudeste é superior à do Nordeste, o mesmo ocorrendo nas áreas urbanas diante das rurais. A população situada nos segmentos de renda mais alta tem maior acesso às refeições nas escolas, inclusive nas localidades que concentram os percentuais mais elevados de desnutrição. Por diferentes motivos, apenas 41% dos alunos, em média, consomem a refeição escolar diariamente. Nas áreas rurais, o percentual chega a 62%, nas áreas urbanas, fica em 36%; a média na Região Nordeste é de 51%; e na Sudeste, de 36% (CONSEA, 2004: 59-60).

Entender porque há, ao contrário do esperado, desintegração entre alimentação, educação e promoção da saúde nas escolas é importante. Tal entendimento pode indicar a distância que resta a percorrer para que ocorra a garantia de uma merenda escolar de qualidade (objeto deste estudo), já que a integração poderia estabelecer novas perspectivas para professores e estudantes, mas também para agricultores familiares e, de forma geral, para a sociedade brasileira como um todo. Como destaca Nacur (2002), analisando a articulação do Fórum do Maciço com a Agreco e seus reflexos para as escolas do Morro da Cruz:

Estabelecem-se, desta forma, inter-relações dos sujeitos envolvidos, o agricultor tem a garantia da comercialização de seus produtos. Para a escola, o fato de oferecer uma merenda de qualidade, representa um olhar diferenciado sobre os seus educandos. É um ato carregado de sentido e significado, pois evidencia as múltiplas dimensões em que a escola atua no cumprimento do seu papel social (NACUR, 2002: 18).

Ao trabalhar o histórico das ações na área de alimentação escolar pode se ter uma idéia dos problemas estruturais e das inércias enfrentadas e a superar.

3.1 Os antecedentes do PNAE

A alimentação à criança que está na escola teve início, na década de 1930, com a prática do voluntariado nas Caixas Escolares, atualmente Associação de Pais e Professores. A “sopa escolar” era servida para minimizar a fome de crianças que iam para escola sem ter ingerido qualquer alimento (SEI, 2003; CONSEA, 2004). Na década de 40, uma proposta de criação de um Instituto de Nutrição foi impedida “por interesses políticos e escassez de recursos” (www.fnde.gov.br/programas/pnae).

Com a aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, consolidando a prerrogativa de viver livre da fome e da desnutrição, seguido do acordo sobre os direitos da criança, intensificou-se, no Brasil, a preocupação com a alimentação servida nas escolas oficiais (Hamze, 2005). No início dos anos 50, foi elaborado um abrangente Plano Nacional de Alimentação e Nutrição⁴ que concebia e estruturava um programa nacional de alimentação escolar sob a responsabilidade do poder público (www.fnde.gov.br/programas/pnae).

No final do Governo Vargas, em 1954, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) cria o Programa de Alimentação Escolar. O objetivo era atender crianças entre 7 a 14 anos nas escolas públicas e filantrópicas, cobrindo 15% de suas necessidades calóricas e protéicas diárias durante o ano letivo (CONSEA, 2004: 59). O Programa tem início dispondo de apenas um item – leite doado pela USAID, Agência Norte-Americana de Desenvolvimento Internacional – distribuído aos estados nordestinos (SEI, 2003). No ano seguinte, a Comissão Nacional de Alimentos regulamentou a Campanha Nacional de Merenda Escolar (Hamze,

⁴ A conjuntura alimentar e o problema da nutrição no Brasil.

2005), que foi implantada em todos os estados e territórios, distribuindo principalmente farinhas enriquecidas de legumes e cereais (SEI, 2003). Em 1966, passa a ser obrigatória a construção de cozinha em todas as escolas que fossem construídas a partir daquela data.

De 1954 até 1979, a Campanha recebeu várias denominações – entre elas a de Programa Nacional de Alimentação Escolar que é utilizada atualmente – e passou por várias reformulações. Na década de 80, o Programa passa a ser gerido pelo então recém criado Instituto Nacional de Assistência ao Educando – INAE (em 1981), que logo em seguida (em 1983) é fundido com a Fename (Fundação Nacional de Material Escolar), dando origem à FAE (Fundação de Assistência ao Estudante). O interessante é que neste processo as compras passam a ser feitas nos estados, através da Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), abrindo a possibilidade da municipalização da alimentação escolar. Ela foi suspensa em 1989, tendo em vista as restrições orçamentais da FAE (SEI, 2003). Recorde-se que em 1988, com a promulgação de uma nova Constituição Federal (chamada de “Cidadã”), a garantia da alimentação para todos os alunos do ensino fundamental é estendida à educação infantil e às creches.

Até 1993, o organismo administrador do PNAE comprava de forma centralizada e distribuía os alimentos. A fórmula era inadequada porque o controle de qualidade, o armazenamento e o transporte dos produtos tinham custos altíssimos; o que era agravado por problemas nas licitações e por extravios dos produtos. A consequência era a falta de merenda nas escolas e a redução dos dias de atendimento (www.fnnde.gov.br/programas/pnae).

A partir de 1993 e até 1998, houve a descentralização e a desburocratização do Programa, com a celebração de acordos com estados, Distrito Federal e municípios. Em 1994, a Lei 8.913 dispõe sobre a descentralização do Programa. Em 1999, promove-se uma ampla

redefinição de papéis dos órgãos envolvidos no PNAE, com a transferência da execução da esfera federal para as esferas estadual e municipal. A FAE é extinta e o PNAE passa para o Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação – FNDE. Os convênios terminam e os estados, Distrito Federal e municípios foram considerados entidades executoras e passaram a administrar esses recursos, que são destinados, exclusivamente, à compra e à distribuição de alimentos para os alunos do ensino fundamental e pré-escola das escolas públicas e das entidades filantrópicas. Os municípios, quando assinam termo de anuência e passam a receber os recursos diretamente do FNDE, ficam obrigados a atender a rede escolar municipal e estadual. O repasse fica atrelado à criação de Conselhos de Alimentação Escolar nos estados e nos municípios (SEI, 2003). Segundo o FNDE,

a aquisição dos produtos e a elaboração dos cardápios passaram para os Estados e Municípios, que, com a orientação de nutricionistas habilitados e sob a supervisão do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), passaram a respeitar os hábitos alimentares locais, a vocação agrícola de cada região, o que possibilitou a utilização de produtos *in natura* (www.fnde.gov.br/programas/pnae).

Ou seja, ampliou-se à possibilidade de aquisição de frutas, verduras e legumes frescos produzidos regionalmente e de favorecer a compra de produtos de alta qualidade e o desenvolvimento local e sustentável. Neste quadro de descentralização, constata-se, contudo, que em muitos estados e municípios brasileiros predominam a oferta de alimentos industrializados, de preparo instantâneo ou desidratados. Se eles têm alta durabilidade e baixo custo, seu valor nutricional é pequeno e seu impacto sobre o desenvolvimento local praticamente nulo. A explicação mais freqüente é o valor repassado às escolas, de R\$ 0,18 por aluno por 200 dias letivos⁵.

⁵ Apenas para os alunos indígenas, os valores *per-capta* são diferenciados, sendo três vezes maiores. O objetivo é garantir o respeito às diversidades culturais dos povos indígenas e enfrentar os graves problemas de insegurança alimentar que atinge este segmento da população.

Destaque-se a esse respeito que em 2003 foi equiparado o repasse *per capita* de recursos para a pré-escola (que era de seis centavos) com o do ensino fundamental. Também neste ano, as creches públicas e filantrópicas passaram a ser atendidas, recebendo o valor *per capita* de 18 centavos de real. Estudos indicam, contudo, que três em cada dez municípios brasileiros não têm atendimento para crianças de zero a três anos (CONSEA, 2004:59). Da mesma forma,

a oferta de refeições no período de férias ainda é incipiente e, em alguns municípios, a alimentação escolar é interrompida até mesmo durante o ano letivo, pois os recursos repassados pelo governo federal são desviados para outros fins – fato que vem sendo constatado por auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas da União em diferentes prefeituras, com interrupções que podem chegar a mais da metade do ano letivo (CONSEA, 2004:60).

A descentralização do programa não elimina, assim, a possibilidade de irregularidades e de mau uso dos recursos pelos municípios e pelas escolas. Isso reafirma a importância da mobilização e do controle social⁶ e, mais do que isso, da inclusão da merenda escolar no debate mais amplo sobre desenvolvimento e integração de territórios urbanos e rurais.

3.2 Descentralização da merenda escolar e política pública em Santa Catarina

Na descentralização realizada entre 1986 e 1989 (relatada acima), 24 municípios do estado de Santa Catarina assinaram o convênio de municipalização com a FAE e receberam recursos financeiros para aquisição de gêneros alimentícios. Não se conseguiu localizar, contudo, nenhuma avaliação daquele processo.

⁶ “Apesar do crescimento numérico dos conselhos de alimentação escolar, uma pesquisa de âmbito nacional realizada em 1999 indicou que em 43% das escolas estaduais, os entrevistados informaram que eles não existiam ou não atuavam no município – em 15% informaram que só havia no papel e em 27% delas os entrevistados não

A partir do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação – FNDE, os recursos procedem do Tesouro Nacional e estão garantidos no orçamento da União. O governo estadual e as administrações municipais assumem a responsabilidade pela aplicação dos recursos e, se houver necessidade, pela sua complementação, devendo prestar contas anualmente.

Para pensar sobre o impacto desta descentralização na qualidade da alimentação escolar, é importante considerar, também, o arcabouço legal existente no Estado de Santa Catarina. Um elemento importante, mesmo que paralelo à merenda oferecida pela escola, é o dos critérios de concessão de serviços de lanches e bebidas nas unidades educacionais; as chamadas “cantinas”. A Lei número 12.061, de 18 de dezembro de 2001, estabeleceu que as “cantinas” deverão obedecer a padrões de qualidade nutricional e de vida indispensáveis à saúde dos alunos e torna expressamente proibida a comercialização de bebidas com quaisquer teores alcoólicos; balas, pirulitos e gomas de mascar; refrigerantes e sucos artificiais; salgadinhos industrializados; salgados fritos; e pipocas industrializadas. Para permitir a escolha e o enriquecimento nutritivo dos alunos, o estabelecimento alimentício deverá colocar à disposição deles dois tipos de frutas sazonais. A justificativa para o Projeto, apresentada pelo Deputado Jorginho de Mello, era baseada em estudos realizados em Florianópolis, em 1999 e 2000, que indicavam que a alimentação oferecida pelas escolas municipais era adequada, enquanto as cantinas nelas localizadas levavam a um consumo exagerado de alimentos considerados impróprios à nutrição, em detrimento de vegetais e frutas. Para ele, coibir “os exagerados alimentos artificiais que nada contribuem para a saúde” das crianças é fundamental “para que no futuro [elas] possam gozar de uma melhor qualidade de vida” (ALESC, 2001a).

souberam informar se existia ou não um conselho. Estes órgãos atuam mais nas escolas urbanas, cujos diretores,

Mais diretamente ligada à qualidade da alimentação fornecida pelas próprias escolas, a Lei número Nº 12.282, de 18 de junho de 2002, dispõe sobre o fornecimento de alimentos orgânicos na merenda escolar. Em seu artigo primeiro ela estabelece que “as hortaliças, os legumes e as frutas destinadas à merenda de todas as unidades escolares do Estado de Santa Catarina serão preferencialmente de origem orgânica⁷”. A justificativa apresentada pelo proponente do Projeto, Deputado Afrânio Boppré, foi de que a Lei iria propiciar aos estudantes do estado “uma alimentação saudável, livre de agrotóxicos e adubos químicos solúveis industriais”. Além disso, apontava outro benefício, o de:

[...] criar um mercado garantido à agricultura de pequeno porte, característica do nosso Estado. O pequeno agricultor está descapitalizado, não tem condições de pagar insumos a preços dolarizados e receber por seus produtos convencionais valores que não cobrem o custo de produção (ALESC, 2001b).

Destaque-se que o texto do Projeto estabelecia que “é obrigatório o fornecimento de hortaliças, legumes e frutas exclusivamente de origem orgânica na merenda em todas as unidades escolares do Estado de Santa Catarina” (Alesc, 2001c). Nas negociações no legislativo, como se viu acima, o “obrigatório” foi transformado em “preferencial”.

Nesse contexto, a Secretaria de Estado da Educação e Inovação procura despertar o interesse das administrações municipais para a necessidade da municipalização da alimentação escolar. Para a SEI, as prefeituras têm condições de prestar um grande serviço às comunidades escolares e à sociedade catarinense em “razão da proximidade que possuem das escolas, alunos, hábitos e costumes locais, e sobretudo conhecimento amplo da vocação agrícola, comercial e industrial de cada cidade” (SEI, 2003:3). Para isso, a Gerência de

em sua maioria, têm formação superior, são funcionários concursados e foram eleitos pela comunidade escolar” (CONSEA, 2004:60).

⁷ O parágrafo único deste artigo precisa que para os efeitos da Lei, “consideram-se hortaliças, legumes e frutas de origem orgânica, as cultivadas e comercializadas sem a adição de produtos químicos de qualquer natureza”. Trata-se de uma definição imprecisa que pode gerar disputas jurídicas.

Merenda Escolar organizou o documento “Planejamento da alimentação escolar no município”. Nele é proposto

O levantamento da produção de alimentos dos municípios, de seu potencial e de sua vocação agrícola, [assim como] da [sua] estrutura de comercialização de alimentos, permite identificar possibilidades de gêneros para a alimentação escolar e criar, a partir da necessidade de abastecer as escolas, alternativas de emprego e ampliação da rede de economia familiar solidária (SEI, 2003:7).

São citadas como “opções que a descentralização possibilita”

iniciativas de formação de hortas com comercialização voltadas para o atendimento à alimentação escolar; organização de associações e cooperativas de pequenos agricultores; a criação de agroindústrias de produção caseira de microindústrias, **podendo trabalhar com alimentos agroecológicos** (SEI, 2003:7; grifos Círio Vandresen).

A Secretaria da Educação recomenda, ainda, a utilização na alimentação escolar de gêneros alimentícios catarinenses que são “referência nacional e mundial de qualidade”. Propõe uma mobilização para evitar a substituição da culinária catarinense, “composta de produtos diversificados e de preparações saborosas e nutricionalmente corretas, por refeições globalizadas” (SEI, 2003:8). Para isso,

é de relevante importância assumir um compromisso com os nossos produtores locais, municipais e estaduais de gêneros alimentícios, no sentido de incluir alimentos que estão relacionados [...] com a identidade cultural do Estado, além de avançar no consumo de alimentos livres de adubos químicos (SEI, 2003:8).

Assim, entre os alimentos da produção estadual citados como adequados para os cardápios da merenda aparecem os agroecológicos.

No capítulo 4, a partir do caso do Projeto Saber e Sabor, vai se realizar uma reflexão sobre a implementação destas diretrizes. Deve-se ressaltar que, nas diversas instâncias (federal, estadual e municipal) e setores do poder público, o burocratismo e o clientelismo

ainda se manifestam fortemente. Ao mesmo tempo, o individualismo como ideologia predominante do capitalismo tem uma força entre os agricultores familiares, que insistem no trabalho isolado. Na região das Encostas da Serra Geral, vale a pena destacar que, nas últimas eleições municipais, houve uma importante renovação. Ao mesmo tempo, planejamentos estratégicos das administrações, realizados em cada um dos municípios da região pelo Escritório em Santa Catarina do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento PNUD, indicaram a merenda escolar orgânica como fundamental. O PNUD elaborou também, agora junto com a Secretaria de Educação estadual, a proposta de “Sistema único descentralizado de educação básica”, voltado principalmente para os pequenos municípios rurais. Nele, o programa de merenda escolar orgânica é visto como ponto de partida essencial para a integração dos meios rural e urbano.

Deve-se ressaltar também que, se de um lado, podem ser mencionados vários percalços burocráticos, que impediram o bom funcionamento e a ampliação do Projeto Saber e Sabor, de outro, é possível mostrar experiências que os contornaram. Em Joinville, por exemplo, escolas públicas adotaram a idéia e passaram a comprar produtos orgânicos diretamente de assentamentos e organizações de agricultores. No que se refere aos custos, os avanços com o “Regime de Colaboração” nos pequenos municípios das Encostas da Serra Geral, trazem consigo a convicção de que é possível o poder público remunerar adequadamente o agricultor orgânico local. Para isso, é preciso mobilizar as três esferas do poder público (federal, estadual e municipal) e considerar efetivamente o produto orgânico como diferenciado. É importante sublinhar que essa opção proporciona um impacto muito forte na economia local, determinando uma influência direta nas perspectivas da população permanecer no campo. Dizendo de outra forma, é necessário pensar na construção de territórios. Entenda-se, essa construção, como a capacidade dos atores econômicos locais de

manejar e valorizar ativos específicos às regiões em que habitam e, sobretudo, de criar um ambiente propício à colaboração entre os diversos segmentos produtivos e entre campo e cidade (ABRAMOVAY, 1998).

Antes de avançar para a caracterização dos territórios envolvidos no Projeto Saber e Sabor, é importante indicar o potencial de mercado que podem representar as aquisições para a merenda escolar.

3.3 O potencial de mercado de um programa abrangente de merenda escolar orgânica

Se for considerado o número de estudantes matriculados, em 2004, em Santa Catarina, nas redes federal, estadual, municipal e privada de ensino (creche, pré-escola, classe de alfabetização, ensino fundamental e educação especial), chega-se a 1.215.152 alunos conforme tabela 01. Considerando-se um *per capita* dia de R\$ 0,34 e que são 200 os dias letivos (calendário escolar), chega-se a um valor anual de aproximadamente 60,5 milhões de reais.

Tabela 01: Número de estudantes em Santa Catarina, segundo INEP (2004).

	Creche	Pré-escola	Ensino Fundamental	Educação Especial	Total
Estadual	1.467	20.759	451.088	919	474.233
Federal	117	162	623	18	920
Municipal	51.544	120.035	426.603	493	598.675
Privada	16.682	35.494	74.573	14.575	141.324
Total	69.810	176.450	952.887	16.005	1.215.152

No caso do país, esses valores alcançariam pouco mais de dois bilhões de reais (conforme tabela 02: $41.287.579 \times 0,25 \times 200$).

Tabela 02: Número de estudantes no Brasil, segundo INEP (2004).

	Creche	Pré-escola	Ensino Fundamental	Educação Especial	Total
Estadual	14.993	277.613	12.695.895	71.456	13.060.047
Federal	721	1.637	24.633	747	27.738
Municipal	828.352	3.792.629	17.960.426	64.418	22.645.825
Privada	504.171	1.483.646	3.331.480	234.672	5.553.969
Total	1.348.237	5.555.525	34.012.434	371.383	41.287.579

Neste âmbito, a comunidade escolar constitui uma demanda capaz de dinamizar o mercado para a agricultura familiar orgânica. Se isso for combinado com práticas pedagógicas que estimulem a cooperação e a construção de capital social, há condições de estimular a interação entre territórios rurais e urbanos.

No capítulo seguinte, serão trabalhados os territórios urbano – do Maciço Central de Florianópolis – e rural – das Encostas da Serra Geral, que se articularam em torno do Projeto Saber e Sabor.

4. TERRITÓRIOS QUE SE ENCONTRAM: AS INTERAÇÕES ENTRE AS ENCOSTAS DA SERRA GERAL E O MACIÇO DO MORRO DA CRUZ

Nesta dissertação um território é compreendido como o produto histórico do trabalho humano, que resulta na construção de um domínio ou de uma delimitação do espaço de vida de um grupo de indivíduos ou organizações, assumindo múltiplas formas e determinações: econômica, administrativa, bélica, cultural e jurídica. O território é uma área demarcada onde um indivíduo, ou alguns indivíduos ou ainda uma coletividade exercem o seu poder.

Para Santos (1978), a utilização do território pelo povo cria o espaço. Isto dá margem para que se inclua um outro viés de interpretação onde se pode considerar que “o território é sim produto concreto das lutas travadas pela sociedade no processo de produção de sua existência” (Oliveira, 1999: 74).

Um fator importante, que não se deve negligenciar, na formação do território é a totalidade das relações efetivadas neste, ou seja, a noção de territorialidade:

"De acordo com nossa perspectiva, a territorialidade assume um valor bem particular, pois reflete o multidimensionamento do "vivido" territorial pelos membros de uma coletividade, pela sociedade em geral. Os homens vivem ao mesmo tempo o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivas." (Raffestin, 1980:158).

Deste modo o território ganha uma identidade, não em si mesma, mas na coletividade que nele vive e o produz. Ele é um todo concreto; mas, ao mesmo tempo, flexível, dinâmico e contraditório, recheado de possibilidades que só se realizam quando impressas e espacializadas no próprio território. O território é uma produção humana a partir do uso dos recursos que dão

condições a nossa existência. O primeiro destes recursos é o espaço, por isso precisamos dominá-lo.

É bom deixar claro, aqui, que o Estado exerce a função de regulador de territórios, do seu território e muitas vezes de outros que não fazem parte do seu contínuo territorial. A importância de sabermos o papel e o poder do Estado no processo de dominação territorial, frente à organização dos movimentos sociais é essencial para compreendermos a extensão, quantitativa e qualitativa, da luta pela melhoria da qualidade de vida nas comunidades marginalizadas ou periféricas.

A sustentabilidade das ações promovidas num determinado território está relacionada diretamente à capacidade que a população local tem de exercer o controle sobre elas.

Historicamente, temos visto a implantação vertical de políticas e projetos que, mesmo quando buscam atender às demandas explicitadas da população, esvaziam-se progressivamente sem deixar marcas mais profundas na vida das pessoas.

A participação total e eficiente do conjunto da população nos projetos de desenvolvimento local é um objetivo que não é fácil de ser alcançado, demandando paciência, sensibilidade e motivação por parte dos agentes de desenvolvimento local e, sobretudo, a capacidade de criar um ambiente propício à colaboração entre os diversos segmentos sociais e produtivos, integrando os espaços urbano e rural.

Os pressupostos acima explicitados contribuíram para que o autor encontrasse nas relações estabelecidas em torno do fornecimento da merenda escolar orgânica fortes características de relações inter-territoriais. Este argumento orientou os trabalhos de pesquisa, que partiram do princípio de que as ações analisadas possuíam como pano de fundo vários critérios

políticos e éticos, que nortearam boa parte das relações comerciais e econômicas. Isso sem dúvida contribuiu para que este esforço pioneiro viesse a tornar-se um marco de política pública.

Neste capítulo, pretende-se descrever os antecedentes e as principais características dos atores sociais que protagonizaram a iniciativa estudada nesta dissertação. Neste sentido, são apresentadas a Associação de Desenvolvimento das Encostas da Serra Geral e o Fórum das Comunidades do Maciço Central do Morro da Cruz.

4.1 Maciço do Morro da Cruz

Algumas das comunidades mais tradicionais de Florianópolis, na Ilha de Santa Catarina, estabeleceram-se desde o início do século XX nos morros situados imediatamente a Leste do centro histórico da cidade. Com a acentuada expansão urbana verificada desde a década de 1970 em direção ao bairro da Trindade (Campus da UFSC, Eletrosul), esses morros foram envolvidos e passaram a constituir-se no verdadeiro “Maciço Central” da cidade. As cotas mais altas foram sendo progressivamente ocupadas por uma urbanização classificada como “sub-normal”, com famílias de baixa renda habitando residências pequenas e precárias, em áreas de alta declividade caracterizadas pela falta de elementos básicos de infra-estrutura, como sistema viário, saneamento e recolhimento regular de lixo junto aos domicílios. Nesta região moram atualmente cerca de 35 mil pessoas, entre as diferentes raças e origens, um verdadeiro espaço de diversidade cultural, pois a população é constituída por moradores antigos e outros provenientes das cidades do interior do estado e demais regiões do país. A maioria destes migrantes vem buscar na cidade melhores condições de vida, defrontando-se com uma realidade não tão acolhedora que seleciona e exclui as pessoas pela sua condição sócio-econômica, restando-lhes morar em lugares sem o

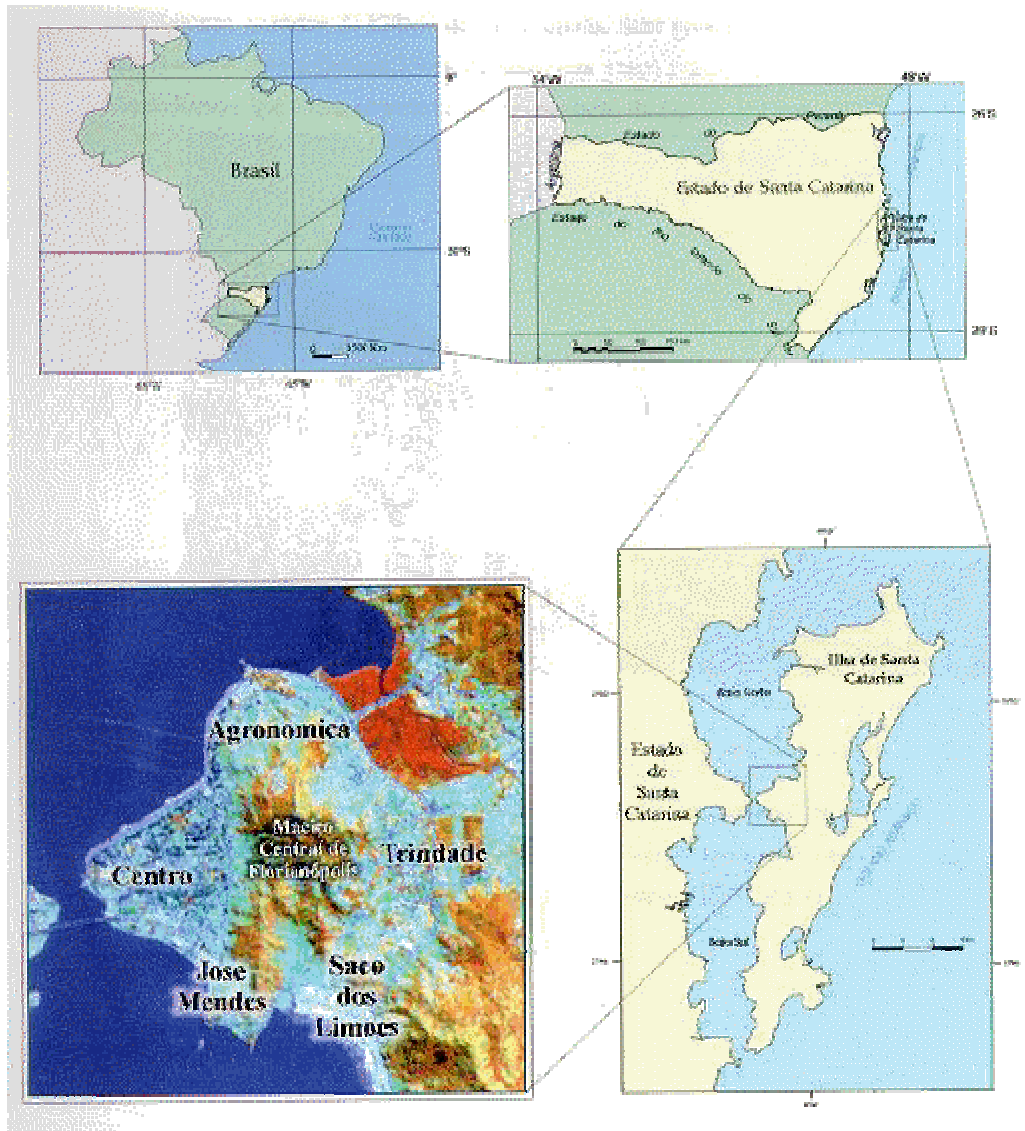
mínimo de estrutura básica de sobrevivência, transformando essas comunidades em grandes bolsões de pobreza (NACUR, 2002).

O Maciço Central está localizado no centro da cidade de Florianópolis, na Ilha de Santa Catarina. Ele exibe a forma de um bloco rochoso alongado, levemente sinuoso. Possui comprimento de cerca de dez quilômetros, com largura média em torno de 800 m. Seu ponto mais elevado situa-se no Morro da Cruz, ou Antão, com 285 metros. No Maciço existem as comunidades Monte Serrat, Morro da Mariquinha, Tico-tico, Mocotó, Morro da Queimada, Nova Descoberta, Alto da Caeira do Saco dos Limões, Morro da Penitenciária, Morro do Horácio e Morro do 25.

Do ponto de vista morfoestrutural o Maciço Central pode ser considerado uma muralha tectônica, margeada por falhas normais (NACUR, 2002). Segundo SCHEIBE (2002), com a retirada da Floresta Ombrófila Densa que, originalmente, recobria o solo pouco espesso, ocorreu uma intensificação dos processos erosivos provocando perda de material e conseqüente exposição de blocos que podem se tornar instáveis. O problema é ainda mais grave quando há cortes de barrancos para a instalação de casas em encostas naturalmente íngremes.



Figura 01: Maciço do Morro da Cruz



Elaboração: Edson Gonçalves e Geraldo José Vieira
 Laboratório de Análise Ambiental / UFSC, 2002.
 Fonte: Mapa do Estado de SC: Atlas de SC, 1986.
 Mapa do Brasil: (NENTWIG SILVA, 2000).
 Mapa da Ilha de SC: LAAM / GCN - UFSC.
 Composição da Imagem LANDSAT TM - 354, 2000

Figura 02: Maciço Central

4.2 O Fórum das Comunidades do Maciço Central do Morro da Cruz

Como o acesso de cada comunidade é realizado através de trilhas e escadarias para o alto, transversais às curvas de nível, a ocupação foi sendo feita sem vias de comunicação diretas entre as mesmas, e cada uma constituiu sua forma de associação ou Conselho Comunitário, geralmente

com sentido reivindicatório. Nos últimos anos, vários desses conselhos se reuniram para constituir o Fórum das Comunidades do Maciço Central do Morro da Cruz (SCHEIBE e BUSS,2002).

O Fórum é composto por várias comissões que discutem segurança pública, meio ambiente, educação, esporte, cultura e lazer. Participam destas comissões pessoas envolvidas com as organizações locais, professores e outros membros das comunidades da área de abrangência do Fórum. Além disso, em questões específicas buscam o apoio de instituições como Ministério Público, Secretarias de Estado, Universidades e outros que contribuem nas discussões sobre os temas das comissões: segurança, meio ambiente, educação, cultura e lazer. A educação constitui-se num tema estratégico e tratado como prioritário pelo Fórum.

Nestas discussões estão envolvidas várias organizações e nove escolas, que atendem aos alunos destas comunidades: Associação de Difusão Comunitária Guarapuvu; Centro Cultural Escrava Anastácia – Projeto Travessia; Centro Social Educativo Nossa Senhora do Monte Serrat; Escola de Educação Básica Celso Ramos; Escola de Educação Básica Lauro Müller; Escola de Educação Básica Lúcia do Livramento Mayvorne; Escola de Educação Básica Antonieta de Barros; Escola de Educação Básica Jurema Cavallazzi; Escola de Educação Básica Silveira de Souza; Centro de Educação Infantil Cristo Redentor; Escola de Educação Básica Padre Anchieta; Escola de Educação Básica Hilda Theodoro Vieira.

Por conta do crescimento desordenado as comunidades do Maciço Central do Morro da Cruz convivem com inúmeros problemas sócio-ambientais e total abandono pelos órgãos públicos quanto às políticas públicas sociais. Diante deste contexto, visando garantir uma melhor qualidade de vida para os moradores desta região, as comunidades vêm desenvolvendo ações que possibilitem outras formas de organização em torno do espaço de vida. Construir um plano diretor

e de reurbanização para os morros, conquistar mais segurança e melhor educação para seus moradores, definindo fontes de renda baseadas no ecoturismo e na valorização da herança cultural são estratégias que visam ressignificar o espaço público e tornar viáveis as condições mínimas para o desenvolvimento destas populações (NACUR, 2002).

A realidade educacional da região, que originou um intenso processo de reflexão e organização, era marcada pela prática pedagógica distanciada do cotidiano dos alunos, o distanciamento entre escola e comunidade na busca de soluções conjuntas, estrutura física e de pessoal nas escolas incompatíveis com a demanda, a falta de condições de trabalho dos professores, como também, em alguns casos a atuação de professores sem a formação mínima para a função que desempenha, entre outros, também são determinantes da exclusão e seleção dos alunos. Este processo contribui para que crianças e jovens, com pouca escolarização e já sem alternativas, submetam-se ao submundo do narcotráfico e do crime em troca de sobrevivência e poder, condicionando-os a falta de perspectivas futuras, pois quando não são presos, morrem violentamente por conta destes envolvimento (NACUR, 2002).

No entanto, muito embora a educação seja tratada com importância e demande uma ação intensiva, o Fórum tem se dedicado à discussão e à articulação de diversas ações em áreas fundamentais para a melhoria da qualidade de vida no Maciço.

O processo de reflexão sobre a realidade da educação e as demandas de crianças e jovens permitiu a definição das seguintes prioridades: formação continuada para os educadores; professores habilitados para as áreas que lecionam; reforma física adequada das escolas públicas nas comunidades envolvidas; especialistas na área de educação; bolsas de estudo para alunos em situação grave de miserabilidade; programas que abordem a relação família e escola; e melhoria da qualidade da alimentação escolar (merenda).

O projeto de formação continuada, elaborado pela Comissão de Educação no final de 2002, intitulado “Projeto Político-pedagógico; uma produção coletiva”, visava estabelecer ações comuns em oito escolas públicas estaduais do Maciço Central do Morro da Cruz; atingir a duzentos e cinquenta profissionais da educação; beneficiar aproximadamente seis mil alunos, envolver as comunidades em que se inserem as escolas. Destacam-se entre os temas propostos, para os interesses desta dissertação, os referentes às políticas públicas (“A Educação um direito social coletivo”); ao Currículo (avaliação como processo, metodologia, interdisciplinariedade, ritmo, tempo, espaço, conteúdos, conhecimento); e à Educação Ambiental.

4.3 Encostas da Serra Geral

A região que está sendo identificada – e criando uma identidade – com a denominação de Encostas da Serra Geral catarinenses está localizada no Sudeste de Santa Catarina, entre o Planalto e o Litoral. Geomorfologicamente, ela se situa na unidade das *Serras do Tabuleiro/Itajaí* e na unidade *Patamares da Serra Geral*. A vegetação se compunha, originalmente, por Floresta Ombrófia Densa e por Floresta Ombrófia Mista (floresta com pinheiros). A devastação que ocorreu desde a colonização caracterizou-se pela extração de madeira, derrubada para dar lugar à agricultura (culturas cíclicas) e/ou para dar lugar a pastagens, na maioria nativas. A floresta original está confinada em locais de difícil acesso. Aparecem também florestas secundárias, que se desenvolveram após o abandono de áreas de cultivo agrícola. De acordo com o Censo Agropecuário de 1996, nos municípios da região predominam terras com matas e florestas, seguidas de lavouras e pastagens (Santa Catarina, 1996:50- 147).

O Território das Encostas da Serra Geral – em processo de construção social (Schmidt, 2004) – vai ser tomado, neste trabalho, como o conjunto dos municípios em que há iniciativas

ligadas à Agreco. As áreas somadas desses municípios – Anitápolis, Armazém, Grão Pará, Gravatal, Rio Fortuna, São Martinho e Santa Rosa de Lima – totalizam aproximadamente 1.900 quilômetros quadrados. Todos são “pequenos” ou rurais: quatro têm população inferior a quatro mil habitantes, dois têm em torno de sete mil e o mais populoso não atinge onze mil. Apesar de uma aparente proximidade com Florianópolis (menos de 150 quilômetros), a região se caracteriza pelo isolamento. Isso porque ela está fora de qualquer eixo viário importante, conta com estradas vicinais precárias (sem pavimentação e de traçado extremamente sinuoso) e com infra-estruturas de eletrificação e de comunicação deficientes. Por isso, eles são considerados “centros dispersivos”, devido às constantes migrações para cidades maiores. Uma característica importante desse espaço é o seu isolamento relativo.



Figura 03: Localização da região. Elaborado pelo autor.

Na região das encostas da Serra Geral nascem importantes rios como o Cubatão, o Capivari o Tijucas, o Braço do Norte e o Itajaí do Sul. A região possui relevo acidentado, e sua altitude varia entre 400 a 1800 metros acima do nível do mar, o que proporciona micro-climas variados, além de vastas extensões de florestas virgens e de grotões inacessíveis.

Na perspectiva do desenvolvimento sustentável, essas características podem encerrar potencialidades e ameaças. Entre as potencialidades destacamos a perspectiva de ampliar a preservação ambiental através da implantação de reservas e parques ambientais, ampliando alternativas para o agroturismo, e outras formas de manejo ambiental planejado. Entre as ameaças está a possibilidade de que, ao melhorar o acesso e comunicação, importantes grupos econômicos, detentores de autorização para exploração de minérios, das cachoeiras na construção de hidroelétricas podem viabilizar seus projetos, de forma a ameaçar a preservação ambiental.

4.4 A Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral - Agreco

Na construção de um território, são fundamentais a existência ou a geração de confiança, de normas e de sistemas que facilitem as ações coordenadas e contribuam para aumentar a eficiência da sociedade. Nas "Encostas da Serra Geral", a Agreco tem sido um catalisador fundamental nesta direção. Esta condição acarreta diferenças, quando comparamos com processos que ocorrem em outras regiões do estado e do país, que têm o Poder Público (municipal e/ou estadual e/ou federal) como ator principal. Para Schmidt et al. (2003), a existência de uma organização da sociedade civil, com alta capacidade de articulação e de mediação, tem permitido ao processo uma dinâmica mais ágil e consistente. Destaque-se, inclusive, que, neste caso, as

noções de processo, participação e controle social assumem dimensões raramente encontradas em situações similares. Isso porque a proposta que vem sendo implementada pela Agreco carrega, na sua essência, as noções implícitas em uma concepção clara de desenvolvimento local. Ela é construída a partir de uma base territorial que se caracteriza por fatores históricos, culturais, econômicos e naturais, o que permite uma forte identidade e a existência de um sentimento de pertencer (ser e se sentir do local, para agir e ser reconhecido) entre os atores sociais envolvidos.

A história da Agreco está largamente trabalhada (Muller, 2001; Luzzi, 2001; Schmidt, Schmidt e Turnes, 2003; Guzzatti, 2003; Cabral, 2004; Cardoso, 2005). Interessa destacar aqui, que ela se iniciou em Santa Rosa de Lima, no começo da década de 90, quando a crise da agricultura, os problemas ambientais e o conseqüente processo de desertificação social passam a ser claramente percebidos pelos seus habitantes.



Figura 04: Propriedade agrícola típica da região. Foto do autor.

Como destacam Schmidt et al. (2003), o surgimento do movimento que culminou com a organização da Agreco e das outras organizações foi marcado pela realização de uma festa de origem alemã:

[...] a Gemüse Fest, visando (re)aproximar os que foram para a “cidade” (outros centros urbanos) e os que ficaram no “campo” (no próprio município), representou um importante ponto de inflexão na forma de se ver a crise. A partir da festa e de reuniões que a seguiram, parcerias foram nascendo e se fortalecendo, todas procurando construir alternativas. Em consequência delas, um grupo pequeno de famílias aceitou o desafio de produzir alimentos orgânicos e já com uma primeira produção em andamento, criou formalmente, em dezembro de 1996, a Agreco – Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral.

No ano de 1997, o núcleo inicial de produção da associação ampliou-se de 12 para 20 famílias, envolvendo cerca de 50 associados. Outros núcleos foram se organizando, o que permitiu a cobertura de uma área geográfica maior, a inclusão de novas famílias de agricultores e uma ampliação da diversidade na produção.



Figura 05: Lavoura orgânica. Foto do autor.

A partir da implementação do *Projeto Intermunicipal de Agroindústrias Modulares em Rede*, com financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf há um crescimento numérico e espacial da Associação. O objetivo geral do projeto foi o de alavancar um amplo processo de desenvolvimento solidário, pela agregação de valor à produção da agricultura familiar e pela geração de oportunidades de trabalho e de renda.



Figura 06: Agroindústria de processamento de cana de açúcar. Foto do autor.

As agroindústrias de pequeno porte foram importantes, além de sua finalidade econômica – a agregação de valor –, para reverter à visão de que a única tendência local era a da regressão, e não a do surgimento de novas possibilidades e empreendimentos. Ao mesmo tempo, os agricultores foram percebendo que a formação de grupos era a melhor maneira de aprimorar a qualidade de seus produtos agrícolas, de processá-los conforme as exigências do mercado e de tornar o seu trabalho mais bem distribuído, menos penoso e mais produtivo. Além disso, eles despertaram para a possibilidade de ocupar novos espaços na mesma cadeia de comercialização onde estavam inseridos. Cabe destacar, entre eles, o da merenda escolar.

4.5 O Fórum dos pequenos municípios das Encostas da Serra Geral

Os problemas de infra-estrutura comuns aos pequenos municípios das Encostas da Serra Geral – além da já mencionada precariedade de energia elétrica, de estradas, e de comunicação, a baixa qualidade dos serviços públicos de educação, saúde e saneamento básico – levou a Agreco a animar, em 1999, a formação do Fórum de Desenvolvimento dos Pequenos Municípios das Encostas da Serra Geral. Em 2001, esse processo começa a se fortalecer com a assessoria (projetos de extensão) de professores da Universidade Federal de Santa Catarina. De maio a dezembro de 2001, o Fórum estabeleceu prioridades para o desenvolvimento da região. Os municípios, juntos, começam a propor políticas diferenciadas para estimular o seu desenvolvimento territorial: a merenda e o transporte escolar passam a ter prioridade nesta nova perspectiva.

4.6 A merenda escolar orgânica como um meio de integrar interesses de territórios diferentes

O que interessa, ao apontar as diferenças marcantes existentes entre os dois territórios enfocados, é compreender o contexto em que se criaram condições e instrumentos que permitiram o estabelecimento de relações comerciais orientadas por uma ótica diferenciada.

As intensas discussões promovidas pelo Fórum das Comunidades do Maciço Central do Morro da Cruz, sobretudo aquelas relacionadas à necessidade de melhoria da qualidade do ambiente escolar, permitiram uma aproximação com as necessidades e os interesses dos agricultores familiares associados à Agreco. Desde o início das negociações, que tiveram a

Secretaria de Estado da Educação com parceiro institucional, novos valores e princípios éticos foram incluídos: a qualidade dos alimentos, os preços justos, os cuidados ambientais e sociais com o processo de produção, a necessidade de intercâmbio entre consumidores e produtores e, sobretudo, a constante discussão entre as realidades das populações envolvidas. Isso fez com que outras iniciativas importantes fossem empreendidas, como o intercâmbio entre crianças das escolas urbanas e rurais ou a capacitação de merendeiras. A partir do trabalho de campo vai se detalhar, a seguir, o processo em que a merenda orgânica passa a ser o eixo destas relações que superam o simples aspecto comercial entre campo e cidade.



Figura 07: Alimentos servidos na Merenda Escolar Orgânica

5. DA TERRA AO PRATO DE PLÁSTICO: A MERENDA ORGÂNICA COMO EIXO DE RELAÇÕES ENTRE CAMPO E CIDADE

As propostas de desenvolvimento de territórios rurais com base em atividades não agrícolas ou na diferenciação de produtos e na agregação de valor pressupõem, em geral, a criação de redes de produção e consumo. No caso da agricultura orgânica, deve-se recordar que a industrialização dos alimentos foi acompanhada do alongamento no tempo e no espaço das cadeias de produção e consumo, tornando o ponto de produção cada vez mais invisível ao consumidor e minando as bases tradicionais da transação (LOCKIE, 2002: 287).

No caso do território das Encostas da Serra Geral, a produção orgânica de hortaliças surgiu a partir da proposta de um supermercadista de Florianópolis – nascido naquela região – e começou já inserida neste circuito de comercialização. Havia, contudo, diferenças em relação à prática convencional dos supermercados no chamado setor FLV (Frutas, Legumes e Verduras). Nela, os fornecedores eram pequenos transportadores intermediários que adquiriam seus produtos de agricultores individuais, determinando-lhes os preços e dividindo com eles os eventuais prejuízos de vendas. As perdas quase sempre sobravam para a ponta mais fraca da cadeia produtiva, os agricultores familiares. Para a Agreco, a organização dos agricultores familiares numa associação permitia a capacitação deles e a melhor percepção da “outra ponta” da cadeia, especialmente a partir de reuniões entre os produtores e transportadores, de visitas dos gerentes de FLV ou de lojas às propriedades rurais e de idas dos que cultivam os alimentos aos pontos de venda dos supermercados.

É interessante recuperar depoimento dado por este supermercadista para um trabalho de dissertação recentemente defendido (CARDOSO, 2005: 136 a 139):

[A produção orgânica] seria uma forma de nós, com uma pequena propriedade, com um pequeno espaço, conseguirmos que a população, que os filhos daqui, fiquem por aqui. [...] Eu disse [...] se conseguir organizar... O grande problema vai ser nós retornarmos à cultura dos orgânicos que era a dos nossos pais. [...] Eles tinham uma alimentação, que eles produziam para eles, sem químicos, sem agrotóxicos, sem nada. [...] Daí foi onde começou. O Wilson [Schmidt, Presidente da Agreco] começou a organizar os produtores. Nós fizemos cursos com várias pessoas. Com alguns produtores, com alguns técnicos que tinham interesse e que acreditavam nisso. Lá em Florianópolis, a gente patrocinou esses cursos. Trouxe professores de fora, do Paraná, onde isso já estava mais evoluído. [...] Então [eu disse,] o que vocês produzirem, eu dou jeito de vender. O grande problema é o agricultor produzir e não ter onde vender; ou colocar o produto na mão de atravessador. E vende o produto *in natura* e não com valor agregado. Então foi onde começou todo esse processo de agroindústrias [...] por causa das quebras, por causa da distância etc. [...] Então, a base da Agreco foi essa aí. A base foi onde o produtor possa colocar seu produto num ponto de venda. E ele sozinho não consegue. Só em grupo. Dessa forma é que consegue, abrindo espaço para ele. [...] É um pensamento muito maior, porque nós temos aqui uma associação para desenvolver um plano regional já bem maior. Mais, tudo vinculado a esse processo de dar dignidade aos indivíduos que moram na região. De renda e dignidade de vida... E os talentos ficarem aqui. A base é isso.

Três anos depois, no início de 2000, os produtos da Agreco já eram comercializados em mais de 35 lojas de nove redes de supermercados. A posição de pioneiro que a Agreco desfrutou no início começou, contudo, a ser ameaçada por novos fornecedores. O depoimento de um membro da Agreco a Silva (2003: 183) é elucidativa:

Nossa dificuldade competitiva situa-se principalmente em nível de localização. Existe um quadro de forte concorrência localizada bem mais próxima do mercado consumidor. São pequenas organizações que por estarem bem mais próximas do mercado, conseguem um alto nível de atendimento, com produtos de alta qualidade, que chegam sempre fresquinhos. Embora nossa logística tenha sido organizada em torno das hortaliças, já estamos superando, aos poucos, problemas que ocorrem com outros produtos como o mel, queijos, embutidos e conservas. Os primeiros anos constituíram um quadro de aprendizagem. Vale lembrar que a Agreco possibilitou que o agricultor passasse de um processo de integração com agroindústrias poderosas - a do fumo, por exemplo - para uma nova condição onde ele administra a cadeia produtiva da produção, a nível de campo, até a relação com o mercado que ele tem que dominar, através de um sistema de agroindústrias modulares em rede.

A mesma perspectiva é apontada por depoimento de agricultor a Cabral (2004: 221):

Há cinco anos atrás, era praticamente nós quem produzia orgânico e hoje em qualquer lugar tem gente produzindo... e pertinho de grandes cidades como Florianópolis, entregando o

produto no mesmo dia que colhe, com mais aparência e qualidade e por um preço menor (...). Pra nós, como o transporte sai mais caro, se vender no mesmo preço que eles não se têm lucro. Eu acredito que mais é o frete que tá matando nós, à distância pra levar a mercadoria (...)

Esse processo é sintetizado por Schmidt e Schmidt (2004: 7)

A Agreco começou a produzir e, logo em seguida, a enfrentar as dificuldades de inserção no grande circuito de comercialização. Vários canais foram experimentados: pequenas redes regionais de supermercados, grandes redes de hipermercados em Curitiba e Porto Alegre, feiras, cestas e restaurantes em Florianópolis. Todos apresentavam problemas. Ou o volume e o giro eram limitados, ou a devolução era alta, ou os prazos de pagamento eram longos demais (havendo, inclusive, o calote por parte de uma rede multinacional portuguesa de hipermercados). Buscavam-se, então, canais com maior estabilidade e confiabilidade, que facilitassem as atividades de planejamento produtivo e financeiro. Junto com os debates sobre a necessidade de fortalecer, através da comercialização, elos importantes com o meio urbano, surgiu a possibilidade de trabalhar o mercado institucional, especialmente a merenda escolar.

Em meados de 2001, há, por isso, uma diversificação do “território mercantil” (Cabral, 2004). Além da merenda escolar, a Agreco procura reforçar a venda direta ao consumidor mediante a ampliação do serviço de cestas. Schmidt (2004) fez uma importante discussão sobre essa última experiência, a partir da análise do sistema de cestas entregues em domicílio no Bairro do Campeche. Aqui vai se procurar recuperar e analisar o processo de fornecimento de merendas escolares para escolas da rede pública.

5.1 PREPARANDO O CHÃO, TRABALHANDO O GERME

No final de 2000 e início de 2001, dirigentes da Agreco procuravam fazer contatos com administrações municipais e participar de eventos onde apontavam o potencial do mercado institucional e seus possíveis efeitos positivos sobre a sociedade e seu desenvolvimento.

Em março de 2001, foi selado, com a Prefeitura de Criciúma, o primeiro convênio para o fornecimento de merenda orgânica. Ela passou a adquirir produtos orgânicos, em alguns dias da semana, para 15 unidades de ensino da rede municipal. Segundo um dirigente da pasta à época, em entrevista direta, a iniciativa resultou de uma visita que membros da Agreco do município de Gravatal fizeram à Secretaria Municipal de Educação de Criciúma e “da vontade do Governo Popular⁸ em qualificar a merenda e valorizar os pequenos agricultores”. Tal fornecimento ocorreu até o final de 2004, quando foi interrompido.

A relação feita com as escolas de Criciúma indicou a viabilidade da atuação no mercado institucional. Assim, quando foi realizar uma palestra para membros da Comissão de educação do Fórum do Maciço Central do Morro da Cruz, o Coordenador Geral da Agreco e educador, Wilson Schmidt, “deu a arrancada para que se olhasse para a merenda sem agrotóxicos” e permitiu que se manifestasse “a preocupação em estabelecer a relação campo-cidade e se visse a merenda escolar orgânica como a possibilidade de uma via saudável para agregar estes valores em nossa comunidade (diretora de escola em entrevista direta)”. Uma técnica da Secretaria da Educação ressalta, em depoimento direto, que diversas escolas do Maciço já tinham em seus projetos político-pedagógicos ações relacionadas ao meio ambiente.

De forma mais sistematizada, uma liderança do Fórum do Maciço, também em entrevista direta, recupera essa fase inicial:

O processo começou com uma discussão da problemática ambiental, ecológica, sobre os impactos e sobre a relação campo e cidade. Lembrando que a problemática da Grande Florianópolis não se resolve pela Grande Florianópolis, se não há uma discussão com a região metropolitana e desta com o espaço campo e cidade. Não se resolve a questão da reforma agrária, da política agrícola, da problemática brasileira e dos nossos problemas aqui. A partir daí se começou discutir a possibilidade no Fórum do Maciço de adotar a Merenda Escolar Orgânica. Até por uma trajetória dos movimentos sociais de Florianópolis com

⁸ O Prefeito era, então, do Partido dos Trabalhadores.

relação à questão da alimentação, do abastecimento, do acesso do abastecimento nos bairros... Toda experiência que tivemos com pequenos agricultores, pescadores, projeto de hortas comunitárias, feiras, cestão do povo, fábricas, orçamento participativo... E todo movimento também em âmbito nacional de rediscussão do processo campo e cidade. Acho que a Merenda Escolar Orgânica apareceu como possibilidade da sustentabilidade do campo e a relação com a sustentabilidade da cidade, que intermediava a questão do abastecimento sem agrotóxico.

Um dirigente da Agreco reforça a idéia de que a comissão de educação, envolvendo as escolas do Maciço, já vinha discutindo a qualidade da merenda numa perspectiva de resgatar o sabor e o valor dos alimentos e na possibilidade de um intercâmbio entre meio rural e meio urbano (entrevista direta).

Em 22 de março de 2001, por ocasião do dia mundial da água, foi celebrado, na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, o “Pacto territorial campo-cidade”. Tal evento contou com a participação de quatro mil crianças e, nele, foi assinado “um protocolo de intenções em torno do Projeto de Merenda Escolar Sem Agrotóxico” (Groh, 2005). Esses três fóruns eram: o Fórum para o Desenvolvimento Sustentável do Maciço do Morro da Cruz, o Fórum do Desenvolvimento dos Pequenos Municípios das Encostas da Serra Geral e o então recém criado Fórum de Economia Solidária. Este surgiu a partir da experiência da merenda escolar sem agrotóxico e com a proposta de estabelecer um sistema de cestas solidárias de produtos orgânicos como possibilidade de venda direta do agricultor ao consumidor. Assim, fruto da aproximação de duas redes campo/cidade, o Fórum de Economia Solidária, que se encontrava de dois em dois meses em escolas que fazem parte da comissão de Educação do Fórum do Maciço, tinha como objetivo aproximar associações e entidades que produzam no campo um produto ético e agroecológico, relacionando-as com as áreas empobrecidas (excluídas) da cidade para dar possibilidade a um comércio justo e solidário (GROH, 2005).



Figura 08: Comemoração do Dia Mundial das Águas

Ressalte-se que o “Pacto territorial campo-cidade” foi trabalhado pedagogicamente com as crianças. O relato de uma diretora de escola, em entrevista direta, é ilustrativo:

Fizemos no primeiro ano um trabalho muito bonito do dia mundial da água – vinte e dois de março. Tivemos um ritual das águas e cada escola adotou uma nascente. A nossa é a do rio Cubatão. Até hoje este dia é comentado pelas escolas do Maciço como um ato conjunto. Na época, trabalhou-se a questão do uso do agrotóxico e que o consumo de merenda orgânica é importante para a não poluição dos nossos rios.

Para Groh (2005), tal trabalho problematizou a realidade no campo escolar e a problemática da água em Florianópolis, como eixo temático, produziu uma aproximação entre as escolas dos morros e o campo. Trabalhou-se a percepção de que a água que se consome na capital vem de cinco rios que nascem nas Encostas da Serra Geral, cada escola adotou um rio e os educadores começaram a trabalhar o tema como fonte de pesquisa com seus alunos.

Nas palavras de diretoras de escolas (entrevista direta),

Adquiriu-se clareza quanto aos mananciais hidrográficos que abastecem nosso Estado, bem como a importância da utilização da agricultura orgânica para a preservação da qualidade de nossas águas.

[Observou-se o] reconhecimento da importância do produtor rural e de sua preocupação com o meio ambiente. Conhecimento sobre a bacia hidrográfica que abastece nosso estado bem como a importância de uma postura ecologicamente correta dos nossos produtores rurais para a manutenção da qualidade da água. Oportunizou aos educandos a possibilidade de pensar juntamente com seus familiares seus hábitos alimentares e sua alimentação como tratamento preventivo às enfermidades. [Permitiu] ter acesso aos alimentos orgânicos oferecidos, conhecendo-os. Em longo prazo, saúde e equilíbrio alimentar... o que vai ao encontro do equilíbrio emocional.

Neste quadro, em agosto daquele mesmo ano, a partir de um projeto piloto na Escola de Educação Básica Lauro Müller, passou-se a implementar, de forma progressiva, a Merenda Escolar Orgânica em 26 escolas situadas em Florianópolis e ligadas à rede estadual de ensino. Em depoimento direto, uma técnica da área de merenda escolar da Secretaria Estadual de Educação e Inovação destacou o papel central da “Comissão de Educação do Fórum do Maciço que teve apoio e parceria da sociedade civil e da comunidade escolar das unidades escolares do Morro da Cruz”. Para ela, a implementação de “um mercado alternativo de alimentos éticos e de qualidade” foi possível porque houve a “formação de associações de pequenos agricultores que, unidos, se fortaleceram com parcerias de organizações da sociedade civil no meio urbano” e porque tal esforço foi seguido por um “apoio do poder público estadual”.

Naquele momento foram desenvolvidas, também, atividades para aprofundar a relação campo-cidade e para que houvesse a “participação da comunidade”:

A comunidade participou ao ser informada do projeto e seus objetivos, bem como, através das viagens de intercâmbio. Alunos e professores visitaram as comunidades onde eram produzidos os alimentos (agricultores familiares e turismo rural). A organização deu-se em nível da Comissão de Educação do Fórum e Diretores de Escolas, juntamente com os professores. Buscou-se financiamentos para a manutenção das viagens de intercâmbio (diretora de escola, entrevista direta).

Construiu-se, então, o "Projeto Saber e Sabor", que procurava trabalhar as dimensões educacional, ambiental, econômica, social e cultural da merenda. Tal projeto deixava claros seus objetivos mais amplos, ao incluir o estímulo à “agricultura familiar que produz alimentos respeitando a natureza nos municípios da região das Encostas da Serra Geral de Santa Catarina (próxima da Grande Florianópolis e onde estão situadas as nascentes dos rios que a abastecem em água)”, assim como “o resgate do papel das políticas públicas voltadas à educação na qualificação da alimentação escolar” (Fórum do Maciço Central do Morro da Cruz, 2002). Segundo este projeto, a formação de relações de complementaridade e de solidariedade que buscavam a garantia de um meio ambiente sadio – especialmente água de qualidade – deveriam ser desenvolvidas ações que dessem condições dignas de vida e renda a uma parcela importante dos agricultores familiares do "interior" e que permitissem a formação de crianças e adolescentes urbanos para uma postura de "consumidor-cidadão", capaz de questionar a origem dos alimentos, como e por quem eles são produzidos, quais os seus circuitos de comercialização e quais as margens apropriadas em cada elo da cadeia agro-alimentar.

O Projeto Saber e Sabor destaca de forma clara como a merenda escolar orgânica não é um fim em si:

Em suma, procura-se transformar o ato de comer em um ato organizado e organizador; consciente e conscientizador. O diferente (a merenda orgânica) não pode, assim, ser rotinizado, banalizado. Não é só o ato de comer bem. É preciso aprofundar os princípios da alimentação e de nossa relação com a natureza e com outros homens e mulheres. Trata-se, é claro, de substituir a merenda "industrial" pela merenda orgânica, fresca e preparada com carinho pelas merendeiras. Mas trata-se, acima de tudo, de um repensar sobre a forma que nos alimentamos hoje. É preciso revalorizar o ato de comer, trabalhando-se a convivialidade, o tempo, o respeito aos ritmos da natureza, à sazonalidade (ou a época ou estação) dos alimentos. Por isso, é essencial um trabalho contínuo de formação pedagógica com os professores. Por isso, é muito importante a reintrodução da "função" (legal) de merendeira, acompanhada de sua valorização e de programas para a sua formação contínua. Por isso, é de grande importância a reivindicação de um espaço físico adequado nas escolas para que as crianças façam suas refeições. É preciso que o momento de alimentação seja tranquilo, discreto e de convívio prazeroso. É necessário tirar a conotação negativa e

depreciativa da "fila da merenda" e do "comer a merenda da escola". Ao contrário, isso deve ser feito com "gosto" por todos os alunos, aumentando o senso de pertencimento deles à sua escola e aos projetos que ela desenvolve (Fórum do Maciço Central do Morro da Cruz, 2002).

Até novembro de 2002, a merenda orgânica era servida em 46 escolas da rede estadual nas regiões de Florianópolis e Itajaí. Houve dificuldades nesta implantação. As diretoras entrevistadas destacaram certa resistência por parte de professores, diretores e merendeiras por “falta de hábito com os produtos”, por precisar mais mão de obra no preparo, pelo custo das refeições e pela “dificuldade de obedecer a um cardápio regular”, seja pela indisponibilidade ocasional de produtos em função de dificuldades dos fornecedores, seja pela própria sazonalidade na oferta de alguns alimentos (o exemplo maior é o tomate, julgado por elas indispensável e insubstituível no dia-a-dia). Essa resistência era trabalhada com a realização de viagens à região de produção e de oficinas de formação e intercâmbio.

Com relação aos alunos, menciona-se, da mesma forma, uma resistência: “eles reclamavam com frequência do cardápio”. De novo, as falas das diretoras ressaltam os trabalhos de conscientização:

Com relação aos alunos, a resistência foi um pouco maior. Ocorreram, porém, trabalhos de conscientização constantes sobre os benefícios acerca do consumo destes alimentos. Tanto no retorno que trariam à saúde, como na preservação do meio ambiente e na fixação do homem no campo... Contribuindo para a melhoria da qualidade de vida na cidade e no campo. [A merenda orgânica] passou a ser mais aceita e alguns produtos até de preferência deles.

Foi uma alegria na escola, era muito bom ver todos comendo salada, pão caseiro, suco natural, bolacha de mel, frutas. Tinha acabado o preconceito de que a merenda é ruim e que só pobre come. Todos sabiam do valor nutritivo daquela alimentação.

Havia uma concepção de que [a merenda] não era gostosa... de que era para os que não tinham o que comer em casa etc. Hoje, estes preconceitos já são menores por parte dos alunos. Falta ainda a maior conscientização dos pais em relação ao lanche que os alunos trazem de casa. Eles ainda consomem muitos alimentos industrializados e sem valor nutritivo.

Uma liderança do Fórum do maciço destaca o primeiro e segundo ano de implantação da merenda escolar orgânica como um período em que se teve “um processo bastante bom do ponto de vista da qualidade, da quantidade e da reflexão”. O projeto “estava nascendo, rico, regional, territorial”. Teria faltado, contudo, a criação paulatina de “mecanismos de amarração do processo”. Ou seja, houve um distanciamento gradativo dos atores – Fórum do Maciço, pequenos agricultores e Secretaria de Educação. Para este animador, se no início não se conseguiu fazer com que a Secretaria da Educação assumisse a merenda escolar orgânica como um programa de política pública, depois de iniciado o processo foi para a esfera do poder público, da Secretaria de Educação, e os atores da sociedade civil não tiveram mais capacidade de refletir ou de intervir no Estado e de gerar uma política pública. Para ele, aí os Fóruns do Maciço, das Encostas da Serra Geral e de Economia Solidária perderam o processo da Merenda Escolar Orgânica. Para essa importante liderança, a “semente” teria sido abortada porque a “rede” não teve condições e estrutura para poder se desenvolver.

A articulação se restringiu muito ao campo institucional, ao Estado. Esse tomou a frente e começou uma grande briga – eu me lembro bem disso... – entre a questão orgânica e a convencional. E aí a Secretaria não suplementou a merenda. Por outro lado, não houve uma relação de rede, de sustentação do processo. Eu acho que a Agreco não conseguiu articular redes de relações com outras organizações de produção sem agrotóxicos. Porque, no início das discussões, a questão era como se faria para complementar as redes de relações de um canto para outro para gerar possibilidades de abastecimento. Porque a gente percebia que a Agreco sozinha não tinha condições de abastecer o processo. Não foi dada a prioridade suficiente para levar o trabalho à frente no Fórum Catarinense de Economia Solidária do litoral. Acho que as pessoas que estavam envolvidas no processo não assumiram como prioridades esse projeto. Aí ficou assim: os agricultores se organizam, o campo se organiza... Mas como é que se organiza, se não tem um processo de produção, de planejamento, um processo de compreensão de desenvolvimento territorial? (liderança do Fórum do Maciço do Morro da Cruz, entrevista direta).

Assim, o principal animador do “lado cidade” indica que o processo teria se tornado “fechado em cima da Agreco” e que não se construiu uma rede maior de agricultores com produção sem agrotóxico para criar uma possibilidade real de abastecimento.

Um dirigente da Agreco aborda o mesmo problema por outra perspectiva.

A merenda escolar, convencionalmente foi tratada como política de assistência social, principalmente, porque a frequência à escola pública ainda é discriminada pela renda, ou seja, quem não tem dinheiro para pagar escola particular frequenta a escola pública. Mesmo constituindo a grande maioria da população, a carência alimentar passou a ver um dos problemas a ser enfrentado na escola como política de assistência social. A implantação da merenda escolar orgânica a partir de um debate com administradores escolares, professores e merendeiras, passou a exigir uma redefinição de papéis, onde a proposta pedagógica elegeu o valor da merenda como um valor válido, resgatado da cultura popular da qual a produção da agricultura familiar faz parte. O protagonismo nestas atividades [intercâmbios inéditos, como viagens de estudo, colônias de férias] [...], tanto pelas organizações urbanas, como pelas organizações rurais ligadas aos agricultores familiares, dimensiona uma nova perspectiva de fazer política pública. [...] Esta merenda não existe mais desde 2003.

Ainda seguindo este dirigente, as inúmeras dificuldades na implantação do programa de merenda escolar orgânica estão ligadas ao fato da proposta ter partido de escolas públicas articuladas ao movimento social urbano – do lado do consumo – e de agricultores organizados – do lado da produção. Além disso, a alternância de poder no Governo Estadual gerou uma institucionalização lenta do programa e uma falta de continuidade. A falta de uma institucionalização mais sólida implicou em prejuízos – inclusive financeiros – para organizações de agricultores, por exemplo, quando a entrega dos produtos não é acompanhada pelo imediato desembolso de recursos. Ele recorda, a propósito, que a venda da merenda escolar orgânica para a rede pública estadual ainda depende de uma “brecha” legal. Para produtos perecíveis e até o limite de R\$ 7.999,00, a compra é “escolarizada” (feita diretamente pela escola) e está dispensada de licitação.

De fato, uma técnica da Secretaria da Educação explicou que, na aquisição da merenda escolar orgânica, a própria escola recebe recursos repassados em quatro parcelas. Eles devem ser investidos na aquisição exclusiva de alimentos orgânicos priorizando legumes, verduras e frutas, “através de programação e comprometimento dos escolares (consumidor) e produtores (fornecedor)”. As compras devem ser feitas “preferencialmente de associações de pequenos

agricultores locais ou regionais, respeitando os hábitos alimentares, visando à manutenção do pequeno agricultor em seu local de origem, além de valorizar seus hábitos e costumes” (entrevista direta).

Um dirigente da Agreco apresenta os limites a esta opção e aponta a forma como tal problema foi, de certa forma, contornado.

Os recursos financeiros normalmente alocados para a compra de merenda escolar são insuficientes para a aquisição da merenda orgânica. Por ser uma política de assistência social, a qualidade dos alimentos não é um pressuposto. A compra em larga escala tem sido outro fato de barateamento. A compra local de produtos de qualidade superior exige outro centro e outra logística. A forma encontrada foi de estabelecer um cardápio e calcular o seu custo para o produtor. A soma de recurso do governo federal, estadual e municipal pode solucionar o problema. Atualmente o governo federal investe 0,18 centavos o governo estadual 0,8 e o município 0,8 totalizando 0,34 centavos por lanche (entrevista direta).

Técnica da Secretaria da Educação sublinha que os recursos disponibilizados pelo FNDE (Governo Federal) não tiveram nenhum reajuste entre 1994 e 2003, permanecendo em R\$ 0,13/aluno/dia para o Ensino Fundamental e R\$ 0,06/aluno/dia para pré-escolares. Para a educação infantil o estado não recebia recursos. Na atual administração federal, o valor do repasse ao ensino fundamental, à pré-escola e à educação infantil foi reajustado para R\$ 0,18/aluno/dia. Para indígenas esse valor atinge R\$ 0,34/aluno/dia. Segundo ela, em entrevista direta, o Governo estadual está fazendo uma suplementação de aproximadamente 50%.

É necessário dar mais atenção ao período de sucessão no poder no Governo estadual. Recorre-se, novamente, a Schmidt e Schmidt (2004) para recuperar de forma sintética os problemas vividos naquele período:

O início de 2003 foi marcado pela alternância de poder no Governo do Estado. Essa alternância implicou na troca dos dirigentes da Secretaria da Educação e na geração de novos desafios para os protagonistas iniciais do programa de merenda orgânica. Nas escolas em que houve troca de diretores, os novos identificaram o programa como algo saído do governo

anterior. Neste quadro, as viagens de capacitação e motivação propostas para eles acabaram não sendo realizadas, resultando no comprometimento da continuidade do programa. Os valores "superiores" pagos pela merenda orgânica passaram a ser questionados, desconsiderando a inovação e o aporte de qualidade que ela representa. Além de não reconhecerem a necessidade de um tratamento diferenciado, [os diretores] não reconheceram também gastos que haviam sido feitos pelos dirigentes anteriores. Em suma, compromissos financeiros institucionais não foram honrados.

Os mesmos autores destacam que, logo em seguida, a Secretaria de Educação retomou as bases do programa, mas sem a articulação direta com os atores que o geraram. Neste quadro, a Comissão de Educação do Maciço Central de Florianópolis e a Agreco buscaram se rearticular. Elas insistiam no atendimento diferenciado para a merenda orgânica. Com base em levantamentos de custos promovidos pela própria Secretaria da Educação (SED), essas organizações indicaram a necessidade do pagamento de R\$ 0,34 por refeição-aluno (lanche) e o estudo de custos para uma refeição-aluno (almoço) que considerasse a permanência do aluno na escola em tempo integral⁹ (Schmidt e Schmidt, 2004).

Para uma liderança do Fórum do Maciço,

[...] o governo não assumiu como uma proposta, mas foram pessoas, técnicos do governo, isoladamente, convencidos do projeto, que assumiram a proposta. Vejam que nesta rede de relações a gente discutia que era necessário o envolvimento da Secretaria do desenvolvimento social, da [Secretaria da] agricultura e da [Secretaria da] educação no seu todo. Nós não conseguimos intervir neste processo. É claro que para intervir dentro dele, a gente precisa bater no mercado tradicional, nos monopólios da merenda tradicional... e aí é que a gente iria mexer no processo, questionando o que já está estruturado, cristalizado... que já está sendo realizado no estado. A questão está na mudança de uma mentalidade (entrevista direta)

Para essa liderança – que reconhece que os atores da sociedade civil “se perderam no processo” – os governos aproveitaram a vitrine na mídia que representava a “merenda sem

⁹ A expansão da jornada havia sido proposta pela própria Secretaria da Educação, para escolas "integradas" ou em "regime de colaboração" entre poderes públicos estadual e municipais.

agrotóxico”, mas não davam “condições de estruturar essa merenda, verdadeiramente, numa relação teoria e prática, de compreender-se dentro desse processo”.

Uma técnica da Secretaria de Educação, em entrevista direta, considera que para tais condições são necessárias mudanças mais amplas, como o aumento do *per-capita* e o estabelecimento de políticas que possibilitem o repasse de mais recursos para aquisição de produtos orgânicos; a atualização dos valores para a dispensa de licitação; e maior apoio técnico e financeiro aos agricultores familiares para que possam se estruturar e produzir sem agrotóxicos. Para ela, a Secretaria de Educação está incentivando a ampliação do programa e tem como objetivo atingir todas as escolas públicas estaduais de Santa Catarina. Para isso, tem feito reuniões com Secretarias de Desenvolvimento Regional, Gerências Regionais de Educação, diretores e merendeiras, técnicos de extensão rural (Epagri) e apoio (Cidasc), sindicatos e agricultores.

Todas as GEECT [Gerências estaduais de ensino ciência e tecnologia], gerentes regionais, supervisores e integradores foram capacitados pela SED/DIAE/GENES [Gerência de Nutrição Escolar], recebendo todo material (Projeto Sabor e Saber, manual de operacionalização) para que haja mobilizações em nível de regionais e que mais escolas possam estar implantando o Projeto de Alimentação Agroecológica – Sabor e Saber. O objetivo é melhorar, cada vez mais, a qualidade da alimentação escolar e proporcionar um programa educacional, ambiental, econômico, social e cultural. Com o apoio do Poder Público, a partir desses encontros, existem maiores chances de haver um comprometimento e união de esforços destes atores sociais com vistas à ampliação da agroecologia em Santa Catarina (técnica da Secretaria da Educação, entrevista direta).

Para liderança do Fórum do Maciço, contudo, “o ato de se alimentar na escola parece que está voltando a ser um ato banal” (entrevista direta). Seriam indicativos disto a compra de merenda tradicional pelas escolas, com ênfase nos argumentos de custo/preço. A alimentação orgânica seria vista “numa perspectiva de nicho de mercado”, o que representaria “uma mistificação do processo”, porque se adotada uma visão mais ampla “em termos de

qualidade e quantidade dentro de uma política pública” se daria “condições de fazer uma quebra dessa lógica mercantil da visão de agricultura”.

Essa visão parece ser corroborada pelos próprios técnicos da Secretaria da Educação ao apontarem como dificuldades para a implantação da merenda escolar orgânica “a falta de consciência e sensibilização dos educadores”. Papel central tem os “decisores de compra” que são os diretores de escola. Alguns deles, após receber recursos para compra de produtos orgânicos, alegam dificuldade de fornecimento e solicitam autorização para destiná-los à compra de produtos convencionais. Isso provocou, inclusive, mudanças nos critérios de distribuição de recursos, que desconsideraram completamente o planejamento da produção feito pelas organizações dos agricultores.

O problema, segundo liderança do Fórum do Maciço é que “na relação do Estado com os atores da sociedade civil que discutiam o processo, ele fechou a discussão porque pegava sempre na questão do financeiro: suplementa ou não suplementa”. Chegou a um ponto em que “o Estado tomou conta e disse que isso é dele e pronto”.

O resultado, apesar da meta da Secretaria da Educação de “atender as escolas públicas estaduais de Santa Catarina, oferecendo não só a introdução de alimentos orgânicos, mas também a apropriação do conhecimento por parte de toda comunidade escolar no que se refere a uma alimentação de qualidade” (entrevista direta), tem sido a descaracterização da merenda escolar orgânica. O indicativo mais emblemático é que praticamente não há mais refeições orgânicas. Ou seja, alimentos orgânicos e convencionais são misturados nas preparações, o que representa uma importante regressão em relação à “alguns projetos com almoço na escola, pois a merenda [orgânica] era de qualidade e farta” (diretora de escola, entrevista direta).

5.2 “SOPRAR AS LABAREDAS”

É importante destacar o óbvio: a análise que é feita aqui não é de um processo acabado, mas de uma “construção social” que pode ser consolidada. O depoimento de uma diretora de escola é elucidativo. Para ela, a melhoria da qualidade da merenda pode ser vista como uma oportunidade de difícil implementação e, hoje, “a visão é dividida entre os que compreendem o programa como um todo e os que numa visão fragmentada vêem mais entraves que benefícios”. Alguns antigos diretores dizem que estão “ansiosos para o retorno da alimentação escolar orgânica” ou lamentam que, hoje, ela seja “só uma lembrança”, uma vez que “os alunos puderam perceber a importância que tem o homem do campo e também que ao estar consumindo a merenda [orgânica] estavam contribuindo para que o homem do campo lá permaneça. Esta realidade ficou bem clara a todos” (entrevista direta).

O depoimento direto de uma liderança do Fórum do Maciço apresenta elementos interessantes.

Esta é uma experiência que está aí. Não é uma experiência negativa. É uma experiência muito rica. Há um germe que construiu uma rede de relações, uma gama de compreensão da realidade do campo e da cidade. É preciso soprar estas labaredas para começar a dar força ao fogo de novo, para poder crescer o processo. Precisamos trabalhar a questão processual. Que lições que a gente tira? Que aprendizado que a gente fez? O que isto nos dá do ponto de vista de uma reflexão mais ampla, de uma discussão maior sobre o processo, de qual são os novos passos?

Como indicam os elementos trabalhados anteriormente, o desafio é conseguir institucionalizar a merenda escolar orgânica, transformando-a em efetiva política pública, mas evitando, ao mesmo tempo, que essa institucionalização não implique numa marginalização das organizações da sociedade civil diretamente envolvidas. Afinal, não se pode “perder o gancho entre sabor e saber” (liderança do Fórum do Maciço, entrevista direta) e é preciso dar novos significados aos espaços rurais e urbanos, “na construção de uma cultura de participação, solidariedade e cooperação entre as duas pontas” (GROH, 2005).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da industrialização da agricultura e da alimentação, o alimento vai deixando de ser um material integrado e base simbólica da vida. No questionamento a esta tendência, a inocuidade dos alimentos e suas virtudes nutricionais se tornam objeto de amplo debate na elaboração de políticas de segurança alimentar e nutricional. Se as práticas alimentares e hábitos saudáveis são construídos por indivíduos nas relações sociais que se estabelecem em diferentes espaços de formação e informação, a sociedade, através das suas organizações, pode exercer papel decisivo no processo de produção, comercialização e consumo de alimentos.

O ambiente escolar é um espaço extremamente significativo de socialização, podendo, portanto, trabalhar a formação de práticas alimentares saudáveis. A merenda escolar orgânica passa, neste quadro, a ser elemento significativo também do ponto de vista político-pedagógico.

Destaque-se que a política educacional precisa estar articulada a um conjunto de demandas de um território, que compreende populações urbanas e rurais. Estas populações vão, então, se relacionar em torno de suas necessidades e interesses. O problema atual de esvaziamento do campo – e o conseqüente inchaço nas grandes concentrações urbanas – exige formulações de políticas públicas por inteiro. As políticas setoriais – inclusive aquelas compensatórias e assistenciais – são insuficientes para dar conta de superar este desequilíbrio. Elas precisam ser substituídas por ações e instrumentos públicos voltados ao protagonismo de atores sociais, até agora subordinados a interesses elitistas e antidemocráticos.

No caso da merenda escolar, desde a sua origem como política pública no Brasil, predominou um viés populista. Supostamente destinada à população de baixa renda urbana, ela proporcionava, na verdade, a grandes empresas produtoras de alimentos industrializados de baixa qualidade, clientela numerosa e cativa e, por extensão, lucros importantes.

Com o estudo da relação estabelecida a partir da merenda escolar orgânica entre Encostas da Serra Geral e Morro do Maciço, esta dissertação permitiu perceber que a organização dos atores sociais é capaz de vencer a tendência ao isolamento e à exclusão. Ela aponta e permite a construção de alternativas que melhorem as condições de vida no campo e na cidade. A merenda escolar orgânica, mesmo que tenha um significativo componente comercial, vai além das relações do tipo fornecedor-cliente, ao apontar para a construção de políticas públicas de sustentabilidade, de inclusão social e de solidariedade. Dizendo de outra forma, através da implantação da merenda escolar orgânica pode surgir um novo espaço de integração “via mercado”, mas sem os mecanismos de exploração existentes na intermediação entre a produção e o consumo.

O chamado “mercado institucional” pode representar assim um importante espaço para a ampliação e fortalecimento de propostas agroecológicas. Como foi apontado no capítulo dois, existe, no Brasil, uma demanda potencial equivalente a quase um quarto da população fazendo uma refeição diária em duzentos dias letivos. A produção de alimentos orgânicos para atender apenas a merenda escolar exigiria, desta forma, a inserção de um número importante de agricultores familiares. Além disso, seria criado um espaço significativo para a agroecologia ampliar o seu universo de ação, penetrando e afirmando suas idéias no interior da sociedade.

Assim, a merenda escolar orgânica, através do “mercado institucional”, pode ser um importante instrumento estratégico de viabilização da agricultura orgânica, fortalecendo a perspectiva dos agricultores familiares – para quem o trabalho tem sentido ético e é um valor humano – e a possibilidade de construir ambientes socialmente justos humanizados e humanizadores. Desta forma, a comunidade escolar exerceria papel estratégico, não apenas como consumidora de alimentos orgânicos, mas também através de projetos político-pedagógicos capazes de estimular e desenvolver práticas de cooperação e uma maior interação entre rural e urbano. Isso permite, ao mesmo tempo, a valorização e a valoração do saber fazer dos agricultores familiares, com sua bagagem de conhecimentos e sua experiência em manejo e conservação da agrobiodiversidade e de intervenção sustentável em agroecossistemas.

Os administradores escolares, professores e merendeiras indicaram que a implantação da merenda escolar orgânica representou, para eles, o resgate da agricultura familiar. A relação urbano-rural estabelecida permitiu indicar, tanto às organizações urbanas como às organizações de agricultores familiares, uma nova dimensão e uma nova perspectiva para a concepção de política pública. A merenda orgânica passa a ser vista não apenas como um serviço de alimentação mais coerente com os projetos educacionais voltados à cidadania, mas também como um importante instrumento de mobilização e de elaboração de políticas para a agricultura familiar. Ao favorecer o abastecimento das escolas com alimentos de qualidade, a democratização da pauta de fornecedores e a preservação do meio ambiente, essas políticas poderão possibilitar aos agricultores familiares a melhoria da sua qualidade de vida e a (re)construção da sua cidadania. A merenda escolar pode ser, então, um importante instrumento para consolidar uma prática ampla e efetiva da agricultura orgânica. Os efeitos positivos da ligação entre as "duas pontas" com a mediação de políticas públicas, apesar das

dificuldades inerentes a processos pioneiros, foi claramente percebida no processo de implantação da merenda escolar no Maciço Central do Morro da Cruz e na sua ampliação para outras unidades escolares da rede estadual. Ficou claro, principalmente, que o desafio de levar o alimento orgânico a comunidades escolares não está relacionado apenas a aspectos técnicos (produção em quantidade, qualidade, diversidade) e econômicos, mas, sobretudo, a aspectos sociais e políticos. Ao mesmo tempo, não se pode subestimar as dificuldades que surgem nas articulações entre organizações sociais rurais e urbanas e destas com instituições e órgãos governamentais. A complexidade que decorre deste tipo de relação tende a provocar flutuações no ritmo de implantação da merenda escolar orgânica e indefinições ou falta de decisões adequadas ao seu avanço. Estas podem, assim, fazer da consolidação de uma política pública nesta direção um processo lento e inconstante. Uma articulação mais efetiva entre territórios (e suas instituições) urbanos e rurais pode ser capaz de induzir uma maior definição por parte dos órgãos estatais, assegurando que as necessidades das escolas e das organizações produtoras sejam atendidas firme e crescentemente.

07. REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial**. São Paulo. 1998. 20 p. (Mimeo).

ALESC – Assembléia Legislativa de Santa Catarina. Justificativa do Deputado Jorginho Mello relativa ao Projeto de Lei N° 292/2001 e a Lei N° 12.061, de 18 de dezembro de 2001. **Florianópolis, 2001a.**

_____ Justificativa do Deputado Afrânio Boppré relativa ao Projeto de Lei N° 454/01. **Florianópolis, 2001b.**

_____ Projeto de Lei N° 454/01. **Dispõe sobre o fornecimento de alimentos orgânicos na merenda escolar nas unidades educacionais do Estado de Santa Catarina.** **Florianópolis, 2001c.**

ALMEIRA, J. A Agroecologia entre o Movimento Social e a Domesticação pelo Mercado, 2002;

ALTTIERI, M.A. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**, Rio de Janeiro, PTA/FASE, 1989;

_____ **Agroecologia: A Dinâmica Produtiva da Agricultura Sustentável** – Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998;

_____ **A sustentabilidade da Agricultura Orgânica: Entrevista**. Revista Agroecologia, Fevereiro-Março 2001;

ASSIS, R. L. **Agroecologia no Brasil: Análise do processo de difusão e perspectivas**. 2002, 138f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada – Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

AZEVEDO, Eliane de. **Alimentos Orgânicos – Ampliando os conceitos de Saúde Humana, Ambiental e social**, ed. Insular Ltda, Florianópolis-SC, 2001;

CABRAL, L. O. **Espaço e Ruralidade num contexto de desenvolvimento voltado à Agricultura Familiar**. 2004, 267f. Tese (Curso de Pós Graduação em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

CARDOSO, I. **Agroecologia e produção do espaço : a experiência dos agricultores da Agreco**. 2005, 135f. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional**. Textos de Referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Brasília, julho de 2004.

CONSEA - II Conferencia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 17 a 20 de março 2004. **Construção de uma política de segurança alimentar e nutricional**. Centro de Convenções de Pernambuco/Olinda- Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Anais, 2004. p. 04-10.

_____. **Sistema agroalimentar mundial, organismos e acordos internacionais**. Centro de Convenções de Pernambuco/Olinda- Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Anais, 2004. p.16-20.

_____. **Alimentação e Educação Nutricional nas escolas e Creches**. Centro de Convenções de Pernambuco/Olinda- Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Anais, 2004. p. 57-60.

_____. **Cultura alimentar**. Centro de Convenções de Pernambuco/Olinda- Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Anais, 2004. p. 61-63.

_____. **Alimentação e promoção de modos de vida saudáveis**. Centro de Convenções de Pernambuco/Olinda- Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Anais, 2004. p. 64-67.

DAROLT, M.R. Merenda Escolar Orgânica: Uma mudança de hábito saudável. 2002. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/DaroltMerenda.htm>> Acesso em 08 de outubro de 2005.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável :origens e perspectivas de um novo paradigma**. São Paulo : Livros da Terra, 1996.

FNDE. **Histórico da Alimentação Escolar**. Disponível em :<<http://www.fnde.gov.br/programas/pnae>>. Acesso em 14 de agosto de 2005.

FÓRUM DO MACIÇO CENTRAL DO MORRO DA CRUZ – Subcomissão de Merenda Escolar. **Projeto Saber e Sabor**. Florianópolis, 2002.

_____. Carta aberta das escolas do maciço à sociedade florianopolitana pelo dia das crianças. 200?

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro, Zahar, 1982, 192p.

GROH, V. **Os projetos locais de economia solidária no contexto atual: desafios e perspectivas (oficina)**. Disponível em: <http://portal.unesco.org/education/en/ev.php-URL_ID=22999&URL_DO=DO_TOPIC&U...> Acesso em 07 de julho de 2005.

GUTHMAN, J. **Agrarian dreams; the paradox of organic farming in California**. Berkeley and Los Angeles, California: University of California Press, 2004.

HAMZE, A. **Pedagogia – Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Disponível em: <<http://www.educacao.go.gov.br/portal/gemes/pnae.asp>>. Acesso em 07 de julho de 2005

INEP- **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**- Diretoria da Estatística da Educação Básica. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em 13 de abril de 2005.

LAGES, V.N. **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável: questões para o debate** In: encontro Nacional de Geografia Agrária, XVI, 1998, Presidente Prudente - SP, 1998.

LOCKIE, S. 'The Invisible Mouth': Mobilizing 'the Consumer' in Food Production-Consumption Networks. **Sociologia Ruralis**, Vol. 42, N° 4, out. 2002, p. 278-294.

LUZZI, N. **A associação dos agricultores das encostas da Serra Geral: análise de uma experiência agroecológica**. 2001. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade)- Curso de Pós Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

McKENNA, M. L. Nutrition policies for schools. **British Nutrition Foundation Nutrition Bulletin**, 25. 2000, p. 201-207.

MÜLLER, J. M. **Do tradicional ao Agroecológico: as veredas das transições (o caso dos agricultores familiares de Santa Rosa de Lima)**. 2001. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Agroecossistemas), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

NACUR, E. S. S. **A formação continuada de educadores da Escola de Educação Básica Jurema Cavallazzi a partir do Fórum do Maciço do Morro da Cruz.** Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2002

OLIVEIRA, A. U. **Território e Migração: Uma Discussão Conceitual na Geografia.** São Paulo. Dep. de Geografia: USP (mimeo), 1999.

RAFFESTIN, Claude. **Por Uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1980.

SANTOS, M. **Por Uma Nova Geografia.** São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTA CATARINA. Atlas Geográfico Escolar. Florianópolis, 1991.

SANTA CATARINA. Atlas Geográfico Escolar. Florianópolis, 1996.

SCHEIBE, L.F. BUSS, M.D. **Fórum das Comunidades do Maciço Central de Florianópolis: Comissão de Meio Ambiente e a percepção de moradores.** In: Semin. Nac. Impactos Sócio-Ambientais Urbanos: Desafios e Soluções, I, Curitiba, 19-22/06/2002, p. 1140-1150.

SCHEIBE, L. F. **A Ilha de Santa Catarina e seu quadro natural: aspectos geológicos e geomorfológicos.** Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2002. Curso: A Ilha de Santa Catarina, espaço, tempo e gente.

SCHMIDT, V.D.B. **Consumidores urbanos e agricultura orgânica: entre discurso, intenção e gesto.** 2004. 98f. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Agroecossistemas), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SCHMIDT, W. **A municipalização do ensino fundamental em dois pequenos municípios rurais de Santa Catarina: Anitápolis e Santa Rosa de Lima (1987 a 1995).** 2000. 189f. Tese (Doutorado de História e Filosofia da Educação), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

SCHMIDT, W.; SCHMIDT, W. A merenda escolar e o projeto de desenvolvimento das Encostas da Serra Geral catarinenses; ligação entre construções de oportunidades no espaço rural e no meio urbano. **Agroecologia Hoje**, vol. 4, n° 26, setembro de 2004, p.7-8.

SCHMIDT, W.; SCHMIDT,W.; TURNES, V. A. Desenvolvimento local em espaços rurais: a construção de um território nas Encostas da Serra Geral, em Santa Catarina. In: PAULINO, M. I. S.; SCHMIDT, W. (orgs.). **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003. p. 287-308.

SEI. **Manual de Municipalização da Alimentação Escolar**. Secretaria da Educação e Inovação. IOESC, 2003

SILVA, F. da C. **Políticas Públicas e diretrizes estratégicas para uma vida rural sustentável: um estudo à luz da teoria da delimitação dos sistemas sociais**. 2003. 263f. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Administração), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

WEID, J. M. Von der. **Entrevista: Revista Agricultura Sustentável**, Jaguariúna (EMBRAPA) , n° 1-2, p.05-10, Janeiro / Dezembro,1997.

WILKINSON,J. **O Estado, a agroindústria e a pequena produção**. São Paulo, Hucitec/Cepa-BA, 1986. pp. 45 – 69: Capítulo 2 “a exploração familiar e o trabalho assalariado. Limites do debate clássico”.

ANEXOS

ROTEIRO ENTREVISTAS

- 1. Há quanto tempo foi implantado a merenda escolar orgânica? Na sua visão, como ela começou?**
- 2. O que levou a escola a implantar a merenda escolar orgânica? Como foi o processo? Quem (quais) foram os principais atores desse processo?**
- 3. Ocorreu a participação da comunidade, associação ou ONGs no processo de implantação da merenda escolar orgânica? Como se deu a participação destas organizações no processo?**
- 4. Quais os benefícios observados quanto à implantação da merenda escolar orgânica?**
- 5. Quais as dificuldades encontradas no processo de implantação da merenda escolar orgânica?**
- 6. Como a merenda escolar orgânica era vista pela administração escolar, pelos professores e pelas merendeiras? E como ela é vista hoje?**
- 7. Como a merenda escolar era vista pelos alunos?E como é vista hoje?**
- 8. Como é a forma de aquisição da merenda escolar orgânica?**

9. **Existem problemas quanto à quantidade ou a qualidade do fornecimento dos alimentos para a merenda escolar orgânica? Caso exista, como são contornados estes problemas?**

10. **Como a merenda escolar orgânica pode contribuir na elaboração e na efetivação do projeto político pedagógico da escola?**

11. **Quais foram os apoios por parte do poder público (Governo federal, estadual e municipal) e quais foram às barreiras encontradas na implementação da merenda escolar orgânica? O que precisa mudar em termos de política pública para a merenda ser implementada com sucesso?**

12. **Se o Sr(a) fosse responsável pelos programas de merenda escolar da Secretaria da Educação defenderia a implementação e ampliação de programa de merenda escolar orgânica? Por que? Como?**

13. **A adoção da merenda orgânica trouxe alguma percepção diferente sobre a agricultura familiar, o espaço rural e as propostas de desenvolvimento para a sociedade brasileira? Qual era sua visão antes? Como é agora?**

14. **A adoção da merenda orgânica trouxe alguma percepção diferente sobre os recursos naturais? Como era antes? Como é agora?**

15. **A adoção da merenda orgânica trouxe alguma percepção diferente sobre a alimentação? Como era antes? Como é agora?**